



Universidade de Brasília

Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de
Políticas Públicas - Departamento de Gestão de Políticas Públicas
(GPP)

GUILHERME MENDES RENNÓ ROSA

**DIFERENTES ESTRATÉGIAS DE
FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.**

Brasília – DF

2016

GUILHERME MENDES RENNÓ ROSA

**DIFERENTES ESTRATÉGIAS DE FORMULAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA CÂMARA DOS
DEPUTADOS.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Professor Orientador: Kleber Cerqueira Chagas

Brasília – DF

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família, que sempre colocou minha educação em primeiro lugar e deu todo o suporte necessário.

Agradeço também à minha namorada, pelo suporte, compreensão e incentivos incondicionais.

Agradeço à empresa em que trabalho pela compreensão e apoio dados à elaboração deste trabalho.

Agradeço também ao meu professor orientador, pelas horas de discussão investidas mesmo com agenda bastante comprometida, pelo compartilhamento do vasto conhecimento e pelos conselhos que sem dúvida contribuíram em grande parte para o valor que este trabalho possa vir a ter.

RESUMO

O presente trabalho aplica de forma conjunta tipologia de políticas públicas e tipologia de proposições legislativas com o intuito de analisar estratégias de formulação de políticas públicas no Poder Legislativo, âmbito ainda pouco explorado pelo campo de políticas públicas. De forma a complementar esta análise, é realizada série de entrevistas com os Deputados estudados nesta pesquisa acerca do perfil parlamentar, perfil do eleitor e visão sobre políticas públicas. São submetidos a estas tipologias todos os Projetos de Lei e Emendas Parlamentares ao Orçamento apresentados desde o início da 55ª Legislatura até o início desta pesquisa pelos Deputados que compõem a bancada do Distrito Federal na Câmara. Como resultado, observou-se que os parlamentares da bancada do DF adotam diferentes estratégias de formulação de políticas públicas, empregando de forma dominante as estratégias do tipo clientelista, distributivista e universalista, nesta ordem. Lança-se mão de hipótese de que o entendimento que o parlamentar possui acerca do seu papel quanto à formulação de políticas públicas pode apresentar conexão significativa com a adoção de estratégias de formulação.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Câmara dos Deputados, Formulação, Clientelismo, Distributivismo, Tipologia, Distrito Federal.

ABSTRACT

This study applies a typology of policy and a typology of law propositions in order to analyze policy formulation strategies in the Legislative Power, a still low explored scope by the policy field. In addition, a series of interviews are made with the target Deputies of this search about the parliamentarian's profile, the voter's profile and sight about policy. All the Bills and Parliamentarian Amendment to the Budget presented from the beginning of the 55^a Legislature to the beginning of this search by the Deputies who occupies the seats of Distrito Federal in the Chamber of Deputies. As a result, was observed that the deputies of Distrito Federal make use of different policy formulation strategies, employing in a dominant way the clientelist type, distributional type and universal type, in this order. A hypothesis is presented, saying that the understanding that the parliamentary has about his/her role in policy formulation might present a significant connection with the adoption of policy formulation strategies.

Keywords: Policy, Chamber of Deputies, Formulation, Clientelism, Distributism, Typology, Distrito Federal.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	6
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1.	Políticas Públicas	9
2.2.	O Poder Legislativo	9
2.2.1.	A Doutrina da Separação dos Poderes	9
2.2.2.	A Esfera do Poder Legislativo	10
2.3.	Processo Legislativo	12
2.3.1.	Os Projetos de Lei	12
2.3.2.	As Emendas Parlamentares ao Orçamento	13
2.4.	O Modelo Tipológico de Políticas Públicas	Erro! Indicador não definido.6
2.5.	Conceituação das Categorias Inerentes à Tipologia de Políticas Públicas	19
2.5.1.	Quanto aos Critérios de Alocação de Recursos - Dimensão 1 (d1)	19
2.5.2.	Quanto à Natureza dos Bens e Serviços Produzidos - Dimensão 2 (d2)	Erro! Indicador não definido.1
2.5.3.	Tipos de Estratégias de Formulação de Políticas Públicas	Erro! Indicador não definido.3
2.6.	Modelo Tipológico de Classificação de Proposições Legislativas	Erro! Indicador não definido.5
3.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	Erro! Indicador não definido.0
3.1.	Unidade de Análise	Erro! Indicador não definido.1
3.2.	Esquema Lógico da Pesquisa	Erro! Indicador não definido.2
3.3.	Coleta de Dados	Erro! Indicador não definido.3
3.3.1.	Pesquisa Documental	Erro! Indicador não definido.3
3.3.2.	Entrevista	Erro! Indicador não definido.3
4.	RESULTADOS	Erro! Indicador não definido.6
4.1.	Alberto Fraga	Erro! Indicador não definido.37
4.2.	Augusto Carvalho	39
4.3.	Erika Kokay	Erro! Indicador não definido.1
4.4.	Izalci	Erro! Indicador não definido.3
4.5.	Laerte Bessa	Erro! Indicador não definido.5
4.6.	Rogério Rosso	47
4.7.	Ronaldo Fonseca	49
4.8.	Rôney Nemer	Erro! Indicador não definido.1
5.	DIAGNÓSTICO	Erro! Indicador não definido.4
5.1.	Destaques Quanto aos Comportamentos Individuais dos Deputados	Erro! Indicador não definido.4
5.2.	Comportamento Enquanto Bancada do Distrito Federal na Câmara dos Deputados –Características Gerais	Erro! Indicador não definido.
5.3.	As Estratégias de Formulação de Políticas Públicas da Bancada	Erro! Indicador não definido.5
6.	CONCLUSÃO	Erro! Indicador não definido.1
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	Erro! Indicador não definido.
	APÊNDICE	79

1. INTRODUÇÃO

O Poder Legislativo, objeto de estudo do presente trabalho, inserido no atual paradigma do Estado Democrático de Direito está submetido em virtude desta inserção ao “Império da Lei” (*Rule of Law*), que tem como característica mais marcante o monopólio da produção das leis pelo Estado através dos representantes politicamente constituídos, que por sua vez, também às leis estão submetidos. Este raciocínio incorre no fato de que quase todas as políticas públicas são derivadas de alguma lei.

Desta maneira, uma vez que o Legislativo é por excelência o Poder encarregado de elaborar as leis e as políticas públicas destas decorrentes, as quais todos os cidadãos e o próprio Estado estarão submetidos, faz-se latente uma análise mais ampla sobre a importância deste Poder no processo das políticas públicas.

Esta importância é reforçada quando se verifica que a literatura sobre políticas públicas preponderantemente analisa o Poder Executivo (instância de implementação de políticas públicas) e se ocupa muito pouco do Poder Legislativo (instância de formulação).

O presente trabalho tem o intuito de contribuir para a literatura sobre políticas públicas em área na qual ainda há déficit em conhecimento acumulado, ou seja, a atuação do Legislativo como agente formulador de políticas públicas.

O trabalho foi desenvolvido em torno da seguinte pergunta de pesquisa: É possível discernir na bancada do Distrito Federal da Câmara dos Deputados diferentes estratégias de comportamento legislativo quanto à formulação de políticas públicas?

Investigou-se como se dá a atuação dos Deputados que representam o Distrito Federal no Congresso na hora de propor políticas públicas. Compreender quais estratégias de comportamento legislativo são empregadas individualmente e pela bancada quando o assunto é cumprir com a função precípua do legislador, que é a de propor novas leis que melhorem a vida dos seus representados.

A fim de se responder a pergunta de pesquisa, foi traçado o objetivo geral da pesquisa: Descrever como se deu o comportamento legislativo dos Deputados Federais da bancada do DF em 2015 e quais as estratégias de formulação de políticas públicas empregadas por estes atores, relacionando estratégias de formulação de políticas públicas com os perfis dos parlamentares e buscando estabelecer relações entre os comportamentos observados dos diferentes membros da bancada e da bancada como um todo.

Por sua vez, para viabilizar o objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar quais políticas públicas foram propostas pelos Deputados Federais do DF na Câmara.
- Definir em linhas gerais os perfis e características das bases eleitorais dos oito Deputados que compõem a bancada do DF na Câmara Federal.
- Verificar se a tipologia de políticas públicas desenvolvida por Borges (2010) pode ser combinada à tipologia de classificação de Projetos de Lei desenvolvida por Taylor-Robinson e Diaz (1999), para a análise de Projetos de Lei e Emendas Parlamentares ao Orçamento com o intuito de definir estratégias de formulação de políticas públicas.
- Definir como as estratégias de formulação de políticas públicas foram utilizadas pelos Deputados Federais do DF.
- Levantar hipóteses, com base no marco teórico definido, acerca das razões para se observar os resultados referentes às estratégias de formulação de políticas públicas utilizadas.

Com a finalidade de atingir estes objetivos, a pesquisa foi dividida em cinco capítulos, além desta introdução: 2. Marco Teórico, em que são descritas as tipologias que servirão de estruturação teórica a este trabalho além de conceitos-chave; 3. Procedimentos Metodológicos, em que se explica como se deram os procedimentos de coleta e análise dos dados da pesquisa; 4. Resultados, em que se explica os resultados obtidos por cada objeto de análise (Deputados Federais do Distrito Federal); 5. Diagnóstico, momento em que os resultados são interpretados; 6. Conclusão, espaço destinado à resposta da pergunta de pesquisa e lançamento de uma hipótese.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para o bom entendimento de como as estratégias de formulação de políticas públicas foram empregadas pela bancada do Distrito Federal na Câmara dos Deputados faz-se necessário delimitar teoricamente quais conceitos e tipologias serão tomadas para esta análise. São estes: políticas públicas, poder legislativo, processo legislativo; modelo tipológico de políticas públicas e modelo tipológico de classificação de proposições legislativas.

2.1. Políticas Públicas

Um conceito central para o desenvolvimento do presente trabalho é o de política pública. É reconhecida a dificuldade de definir este conceito de forma a significar todas as situações em que seu uso é feito, uma vez que se trata notadamente de um conceito *multidisciplinar*, havendo teorizações sobre o que vem a ser política pública nos campos da ciência política, sociologia, antropologia, economia, direito, psicologia, filosofia e outros. Trata-se de um conceito que criou um campo de estudo holístico, em que não há uma única, nem melhor, definição (SOUZA, 2006).

Entretanto, para os fins deste trabalho, faz-se útil e mais adequada, a apropriação do conceito clássico desenvolvido por Peters (1986):

Política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

A partir deste conceito, podemos entender que as políticas públicas no âmbito do poder legislativo se traduzem basicamente na apresentação de proposições legislativas, uma vez que são atividades praticadas diretamente por agentes do governo (Deputados e Senadores) e que visam influenciar a vida dos cidadãos.

É importante notar que, enquanto Projeto de Lei ou Emenda Parlamentar ao Orçamento apresentada, a política pública ainda está em sua fase primária, a fase de *formulação*, ou seja, é uma proposta de política pública e não uma política pública propriamente dita. Para se transformar em tal, seria necessário que seja tomada a decisão pela aprovação do Projeto ou Proposta de Emenda Parlamentar ao Orçamento seguida da implementação, o que, segundo a definição de políticas públicas de Peters, passaria a influenciar a vida dos cidadãos.

Não obstante, como o que se pretende neste trabalho é vislumbrar as diferentes estratégias de formulação de políticas públicas empregadas pelos Deputados Federais da bancada do Distrito Federal, a incorporação do conceito de Peters implica em que: os legisladores, formuladores de políticas públicas por excelência, apresentam proposições legislativas (notadamente projetos de lei e emendas parlamentares) com o intuito de propiciar uma soma de atividades que terão impacto, positivo ou negativo, na vida dos cidadãos.

2.2. O PODER LEGISLATIVO

2.2.1. A Doutrina da Separação dos Poderes

Para se explicar Poder Legislativo, inevitavelmente é necessário explorar a doutrina da separação dos poderes proposta por Montesquieu ainda no século XVIII na França, a partir da criação de sua obra mais célebre: *“Do Espírito das Leis”* (Montesquieu, 1748).

Como bem declara BONAVIDES (1999), a técnica de separação de poderes resume o princípio constitucional de maior voga e prestígio de toda a idade liberal. Esta técnica que obedece à lógica da tripartição do poder, antes uno, dá origem a um sistema à qual cada um destes fragmentos de poder corresponde a determinadas funções:

Através do poder legislativo fazem-se leis para sempre ou para determinada época, bem como se aperfeiçoam ou ab-rogam as que já se acham feitas.

Com o poder executivo, ocupa-se o príncipe ou magistrado (os termos são de Montesquieu) da paz e da guerra, envia e recebe embaixadores, estabelece a segurança e previne as invasões.

O terceiro poder — o judiciário — dá ao príncipe ou magistrado a faculdade de punir os crimes ou julgar os dissídios da ordem civil. (BONAVIDES, 1999, p. 176).

Destarte, nota-se que a doutrina de separação dos poderes tem a finalidade de destacar três funções estatais e atribuí-las a órgãos distintos, visando que cada um exerça sua atribuição com autonomia (SÁ, 2015).

As idéias de Montesquieu foram sofisticadas e adaptadas inúmeras vezes desde o século XVIII, perpassando pelos paradigmas do Estado Liberal, Estado Social e se mantendo

até a atualidade, compondo o fundamento dos sistemas constitucionais de quase a totalidade dos Estados contemporâneos, momento em que se vivência o paradigma do Estado Democrático de Direito.

O Poder Legislativo, objeto de estudo do presente trabalho, inserido no atual paradigma do Estado Democrático de Direito está submetido ao “Império da Lei” (*Rule of Law*), que tem como característica mais marcante o monopólio da produção das leis pelo Estado através dos representantes politicamente constituídos, que por sua vez também às leis estão submetidos. Este raciocínio incorre no fato de que quase todas as políticas públicas são derivadas de alguma lei.

Desta maneira, uma vez que o Legislativo é por excelência o Poder encarregado de elaborar as leis e as políticas públicas destas decorrentes, as quais todos os cidadãos e o próprio Estado estarão submetidos, faz-se latente uma análise mais ampla sobre a importância deste Poder no processo das políticas públicas.

Esta importância é reforçada quando verifica-se que a literatura sobre políticas públicas preponderantemente analisa o Poder Executivo (instância de implementação de políticas públicas) e se ocupa muito pouco do Poder Legislativo (instância de formulação):

(...) todos esses enfoques fazem parte do rol da literatura sobre políticas públicas atualmente. Centrados sobretudo na produção, implantação e execução das políticas pelos sucessivos governos, há uma clara preocupação com o levantamento, a avaliação e a crítica da gestão pública nos aspectos acima descritos, principalmente referentes ao Poder Executivo(...) O que queremos colocar em questão é que o papel desempenhado pelo Legislativo na condução de determinadas políticas públicas é decisivo, pois representa a legitimação, o controle político, a fiscalização e a vigilância sobre a atividade governamental e canal de comunicação entre os que detêm o poder político e os governados, tornando efetiva a participação do Parlamento na condução política do governo (TORRENS, 2013, p. 192-194)

O presente trabalho tem o intuito de contribuir para a literatura sobre políticas públicas em área na qual ainda há déficit em conhecimento acumulado, ou seja, a atuação do Legislativo como agente formulador de políticas públicas.

2.2.2. A esfera do Poder Legislativo

Nossa Constituição Federal de 1988 declara em seu Art. 44 que o Poder Legislativo é exercido pelo *Congresso Nacional*, composto pela *Câmara dos Deputados* (com representantes do povo brasileiro, os Deputados Federais) e *Senado Federal* (com representantes dos estados e do Distrito Federal, os Senadores), além do *Tribunal de Contas da União* (TCU), órgão que presta auxílio ao Congresso Nacional nas atividades de controle e fiscalização externa.

Quanto à atribuição autônoma (fazendo jus à doutrina de Montesquieu), o Congresso Nacional tem como principais responsabilidades elaborar as leis e proceder à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta.

O presente trabalho se interessa tão somente pela atribuição de elaborar as leis que cabe ao Congresso, mais especificamente à Câmara dos Deputados, para tal, é necessário entender um pouco melhor as características gerais da Casa do povo.

A Câmara dos Deputados tem em sua composição 513 Deputados Federais oriundos dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal. O número de cadeiras para Deputado Federal disponíveis por unidade da federação (UF) obedece à proporcionalidade relativa à população de cada UF, o que faz sentido, pois é o órgão de representação mais imediata do povo. Este número de cadeiras varia entre o mínimo de oito e o máximo de setenta cadeiras por UF. O Distrito Federal, Unidade da Federação analisada neste presente trabalho, tem apenas o número mínimo de cadeiras, oito. A Câmara é também a casa em que se inicia o trâmite da maioria das proposições legislativas, entre as várias possíveis (proposta de emenda à constituição, projeto de decreto legislativo, requerimentos, projeto de conversão de lei, projeto de resolução, etc.). Os Projetos de Lei e as Emendas Parlamentares ao Orçamento, foco do presente trabalho, que dão origem a normas jurídicas, que por sua vez, podem ser vistas como políticas públicas, ao considerarmos que, em consonância com a conceituação de Peters (1986), estas leis fazem parte das atividades governamentais que exercem influência sobre a vida dos cidadãos.

Enfim, estas normas jurídicas são fruto de um conjunto de procedimentos previamente estabelecidos de que se servem os Parlamentares em sua função de legislar e fiscalizar, e a este trâmite, se dá o nome de Processo Legislativo (PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS).

2.3. Processo Legislativo

Embora bastante similares, as regras que regulam o trâmite das proposições legislativas na Câmara e no Senado são distintas, sendo regidas por três normas jurídicas: O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (que vale somente para a Câmara), o Regimento Interno do Senado (que vale somente para o Senado) e o Regimento Comum (que vale para as duas casas, abrangendo o Congresso Nacional). São estas três normas que fundamentalmente definem o processo legislativo. Este trabalho se concentrará apenas nas principais normas do Regimento Interno da Câmara.

A primeira e talvez mais importante característica do sistema bicameral (duas câmaras legislativas compõem o Poder Legislativo) no qual o Estado brasileiro se insere, e que tem impacto direto no processo legislativo, consiste na previsão da manifestação das duas Casas na elaboração das normas jurídicas. Isto implica em que, as matérias tendo início em uma casa, se não forem de competência privativa, serão sempre revisadas pela outra casa.

O Regimento Interno da Câmara é extenso e repleto de nuances, que diariamente propiciam diversas interpretações aos próprios Deputados em seus trabalhos e até mesmo os técnicos que trabalham no órgão. Vale observar que, além das normas jurídicas reguladas pelos Regimentos, há normas consuetudinárias, ou seja, que derivam dos costumes da Casa perpetuados por forças políticas bem organizados ou pelo tempo, o que adiciona um nível a mais de complexidade para o entendimento deste processo. Para os fins deste trabalho, o entendimento da lógica de funcionamento do processo legislativo dos projetos de lei e das emendas parlamentares ao orçamento, apenas dois tipos de proposições legislativas, se faz suficiente.

2.3.1. Os Projetos de Lei

Quanto à iniciativa de um projeto de lei, esta pode partir dos parlamentares, Presidente da República, Supremo Tribunal Federal, Tribunais Superiores, Procurador Geral da República e grupos organizados da sociedade. Este trabalho se limitará a analisar os Projetos apresentados pelos parlamentares da Câmara dos Deputados.

Uma vez apresentado pelo Deputado, o Projeto de Lei é protocolado, numerado, e encaminhado à Mesa Diretora, núcleo responsável pela direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Casa. Uma vez sob os cuidados da Mesa, será feito o

despacho da matéria, ou seja, será definido o trâmite que aquele projeto passará no âmbito das Comissões temáticas da Câmara dos Deputados.

As Comissões são órgãos técnicos que regimentalmente tem a finalidade de discutir e votar as proposições legislativas apresentadas à Câmara. Em outras palavras as Comissões são núcleos de processamento de matérias legislativas, que facilitam a discussão das propostas apresentadas pelos Deputados, uma vez que são temáticas e permitem entendimentos mais aprofundados e debates mais próximos, diferente do que acontece em Plenário (Assembleia). As Comissões podem ser permanentes (atualmente são 25) criadas para debater temas permanentes da vida em sociedade (Trabalho, Desenvolvimento Econômico, Direito do Consumidor, Constituição e Justiça) ou temporárias, criadas para debater temas específicos, podendo ser Especiais, Externas ou Parlamentares de Inquérito (CPIs).

A depender do tipo (formalidade de proposição) e do conteúdo (materialidade), a Mesa despachará a proposição a uma Comissão ou sequência de Comissões para que esta seja debatida e votada pelos pares.

O Projeto de Lei, após o trâmite nas comissões, será consultado em Plenário, instância na qual o corpo de Deputados em exercício se posiciona sobre a matéria. Caso seja referendado, o Projeto é encaminhado ao Senado, onde passa pelo mesmo processo de encaminhamento à Mesa, enumeração, despacho, trâmite nas Comissões e votação em Plenário. Se modificada, a matéria voltará à Câmara para análise do texto aprovado pelo Senado, havendo votação diretamente em Plenário.

2.3.2. As Emendas Parlamentares ao Orçamento

A emenda parlamentar pode ser vista como um instrumento que o Congresso Nacional possui para participar da elaboração do orçamento anual, no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), como bem declara o Art. 166 da Constituição Federal brasileira. A CMO, composta por Deputados e Senadores (por isto mista) tem entre suas atribuições a apreciação dos projetos de lei relativos ao ciclo orçamentário constituído pelos Planos Plurianuais (PPA), Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Leis Orçamentárias Anuais (LOA). Por meio das emendas os parlamentares procuram aperfeiçoar a proposta encaminhada pelo Poder Executivo, visando uma melhor alocação dos recursos públicos.

Os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), que é o orçamento propriamente dito.

Estes créditos são um instrumento utilizado pelo Presidente da República. Existem três tipos de créditos adicionais: os créditos especiais (criação de dotação orçamentária, exigidos para a criação de programações novas não previstas no orçamento); os créditos suplementares (reforço de dotação orçamentária de programação já existente no orçamento); os créditos extraordinários (despesas urgentes ou imprevistas). O Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional os créditos adicionais por meio de Projeto de Lei, cuja sigla é PLN, para os dois primeiros tipos, e via Medida Provisória (MP) para o terceiro.

No mesmo sentido, há as emendas, que são dispositivos pelos quais se propõe alteração de determinado Projeto de Lei, podendo ser em geral supressiva, aditiva ou modificativa.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) também é passível de sofrer emendas, bem como os PLN e MPs encaminhados pelo Presidente da República.

Se tratando do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), as emendas são apresentadas no prazo de dez dias após aprovação do seu parecer preliminar, podendo ser propostas individualmente (por um único parlamentar) ou coletivamente (Bancadas estaduais, Comissões e Mesas diretoras da Câmara e Senado).

No que se refere aos créditos adicionais apresentados pelo Presidente da República, quando se referir aos tipos especiais e suplementares, aqueles propostos pelo PLN, as emendas parlamentares podem ser de inclusão de despesa; acréscimo de despesa, supressão de despesa ou emendas ao texto da lei. Os créditos extraordinários apresentados via MP só podem sofrer os dois últimos tipos de emendas (PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS).

Desta maneira, está exposto o que o parlamentar, ao apresentar sua emenda parlamentar, está fazendo em termos de processo legislativo. O presente trabalho se ocupará tão somente de analisar o que apresentaram os Deputados Federais da bancada do DF, uma vez que é uma amostra da população da Câmara dos Deputados passível de análise exaustiva. Com isso, visa-se identificar suas diferentes estratégias de comportamento legislativo quanto

à formulação de políticas públicas, por isso, o que aconteceu com a emenda após sua apresentação (se foi executada ou não), não constituirá objeto de estudo desta pesquisa.

Vale ressaltar que o instrumento da emenda parlamentar é visto na literatura como “um dos últimos recursos disponíveis aos parlamentares para definição do orçamento e, por isso, um instrumento que visa cumprir práticas clientelistas” (PEREIRA, 2003). Esta idéia é expressa pela seguinte passagem:

Um dos componentes decisivos, embora não o único, do domínio exercido pelo Executivo sobre o comportamento dos parlamentares no Congresso é o processo de execução das emendas individuais dos deputados à Lei Orçamentária Anual–LOA aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente da República. Embora os deputados tenham o direito constitucional de formular e aprovar emendas ao Projeto de Lei Orçamentária previamente elaborado pelo Executivo, é este último, por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, quem de fato executa esse orçamento. Na sua grande maioria, os parlamentares fazem uso dessa prerrogativa apresentando emendas individuais com políticas cujo objetivo é beneficiar os municípios onde obtiveram maior número de votos na eleição anterior, ou seja, suas bases eleitorais (pork barrel politics), como forma de maximizar suas futuras chances eleitorais (PEREIRA, 2003, p. 742).

Em 2015 houve uma mudança institucional bastante relevante possibilitada por um movimento progressivo de fortalecimento do Congresso Nacional como instituição frente ao Poder Executivo. Foi promulgada no dia 17 de Março de 2015 a Emenda Constitucional (EC) 86, proveniente da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 358/2013, que ficou conhecida como PEC do Orçamento Impositivo.

O texto da Emenda passa a obrigar o Poder Executivo a executar as emendas parlamentares ao Orçamento até o limite de 1,2% da receita corrente líquida realizada no ano anterior, uma ação que claramente vai ao encontro do gargalo identificado por Pereira, de concentração do poder de execução das Emendas ao Executivo. Em 2015, isso significa quase R\$ 10 bilhões (R\$ 9,69 bilhões) em emendas. A EC também prevê que metade do valor global das emendas deverá ser aplicada na saúde, o que inclui o custeio do Sistema Único de Saúde (SUS) (PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS).

Com este novo instrumento, em última análise, verifica-se que a execução das emendas ao orçamento propostas pelos parlamentares passou a ser obrigatória.

2.4. O Modelo Tipológico de Políticas Públicas

Com o intuito de interpretar as políticas públicas apresentadas pela bancada do DF na Câmara dos Deputados buscou-se na literatura sobre Poder Legislativo tipologias de classificação destas políticas públicas. O intuito deste trabalho é conseguir, a partir das classificações oferecidas por uma dada tipologia, identificar diferentes tipos de políticas públicas apresentadas pela Bancada do DF na Câmara, e a partir desta identificação reconhecer, por sua vez, as estratégias de formulação de políticas públicas de cada Deputado, o que enfim permitiria a análise do agregado das políticas públicas apresentadas pelos parlamentares que são objeto desta pesquisa e as possíveis estratégias de comportamento legislativo envolvidas.

Entre os modelos tipológicos identificados na revisão de literatura, optou-se pelo modelo tipológico de políticas públicas proposto pelo Professor Adjunto do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, André Borges, em seu artigo intitulado “*Federalismo, dinâmica eleitoral e políticas públicas no Brasil: uma tipologia e algumas hipóteses*” (BORGES, 2010).

No referido trabalho, de cunho predominantemente teórico, o autor se propõe a investigar um campo ainda pouco explorado na ciência política brasileira: as escolhas de políticas públicas pelos governos sub-nacionais, sobretudo do Poder Executivo, e as relações que estes estabelecem quanto à competição vertical (entre esferas de governo), horizontal (entre partidos) e contextos socioeconômicos e demográficos.

Borges sinaliza que as pesquisas sobre a conexão entre o voto e políticas públicas se concentram preponderantemente no Poder Legislativo em nível nacional, ou seja, no Congresso. Portanto, o que o autor se propõe a fazer em seu trabalho é lançar mão de uma nova tipologia que possui duas finalidades: a primeira em *stricto sensu*: fundamentar o entendimento entre conexão eleitoral e políticas públicas para os campos pouco explorados pela literatura supracitados; a segunda em *lato sensu*: avançar além das tipologias de políticas públicas tradicionais da ciência política, como bem exemplifica o autor, as tipologias

dicotômicas mais comuns: clientelismo x universalismo e partidos *catch-all* x partidos programáticos (BORGES, 2010).

O grande diferencial da tipologia proposta por Borges está em sua simplicidade em classificar as estratégias de implementação de políticas públicas a partir de quatro critérios objetivos que podem ser colocados em uma matriz e cruzados, dando origem a quatro tipos de estratégias. Esta proposta de tipologia dá um salto na discussão acerca da classificação de políticas públicas, que até então, estavam vinculadas a conceitos desenvolvidos por autores reconhecidos, que por sua vez, muitas vezes não dialogavam entre si, por motivos diversos, sobretudo pelas diferentes áreas de formação acadêmica.

De toda sorte, será feito uso de alguns conceitos básicos destes autores para fins meramente elucidativos e por reconhecer que estes tiveram importante papel para o amadurecimento deste debate, servindo inclusive de base para o desenvolvimento da tipologia empregada neste trabalho. Outrossim, a análise das políticas públicas empreendida nesta pesquisa será guiada tão somente pelos critérios da tipologia de Borges, não importando os conceitos aqui elucidados.

Neste sentido, o presente trabalho visa se apropriar da tipologia proposta em seu sentido amplo (*lato sensu*), ou seja, uma classificação de políticas públicas que permita abordagens analíticas. Utilizada desta maneira, não se pretende explicar a conexão entre o voto e as políticas públicas, na realidade, não haverá a pretensão de explicar nenhum fenômeno específico de conexão. O que se pretende é avaliar a aplicabilidade deste modelo (aliado a um segundo modelo, de Taylor-Robinson e Diaz, que será trabalhado à frente) para uma outra realidade, que é a bancada do Distrito Federal na no Poder Legislativo em nível Nacional com a finalidade de identificar possíveis diferenças de comportamento legislativo quanto às estratégias de formulação de políticas públicas.

Em resumo, não se pretende explicar relações de causalidade entre implementação de política pública e dinâmica eleitoral, mas tão somente identificar quais os tipos de políticas públicas (daí a importância da aplicação da tipologia) formuladas pelos Deputados Federais do DF e como estas podem se organizar como diferentes estratégias de comportamento legislativo.

Para se atingir os resultados aqui propostos, faz-se necessário primeiramente elucidar que não se pretenderá explicar conexão eleitoral, que é o entendimento do comportamento do

político na arena legislativa como consequência direta do seu comportamento na arena eleitoral (PEREIRA, 2003).

Tomar-se-á como pressuposto a premissa de que a formulação de políticas públicas atende aos imperativos de maximização de votos, indo ao encontro da base teórica que sustenta a tipologia de políticas públicas (BORGES, 2010, p. 132).

Para que faça sentido interpretar uma proposição legislativa apresentada por um Deputado que obedece à maximização de votos faz-se necessário entender antes de tudo, ao menos, o perfil daquele Deputado bem como as maiorias que compõem sua base eleitoral.

Somente ao dispor de informações básicas acerca do perfil do parlamentar estudado bem como as características de sua base eleitoral, será possível adaptar o modelo de tipologia de políticas públicas desenvolvido por Borges, proposto principalmente como intuito de trabalhar o Poder Executivo, ao Poder Legislativo, mais especificamente na análise de projetos de lei e emendas parlamentares ao orçamento apresentadas. Para a obtenção destas informações foram realizadas entrevistas com os oito gabinetes dos Deputados analisado neste trabalho, este processo será detalhado nos procedimentos metodológicos.

Finalmente, faz-se necessário explicar como funciona o modelo tipológico de políticas públicas que será o núcleo ao qual a presente pesquisa gravitará em torno.

O modelo tipológico de classificação de políticas públicas desenvolvido por André Borges, doravante referido simplesmente como “tipologia de políticas públicas”, obedece à seguinte lógica de classificação:

A) É selecionada uma política pública “p”.

B) A política pública “p” é interpretada e classificada quanto a duas dimensões, cada uma composta por dois elementos dicotômicos:

Dimensão 1 - quanto ao *critério de alocação de recursos (d1)*: político-partidário (d1a) x universalista (d1b)

Dimensão 2 – quanto à *natureza dos bens e serviços produzidos (d2)*: privado (d2a) x público (d2b).

C) A política pública “p” apresenta necessariamente uma classificação para cada uma das duas dimensões analisadas. Ou, seja, “p” é uma política pública que obedece a um tipo de

critério de alocação de recursos d1a ou d1b e diz respeito a bens e serviços de natureza d2a ou d2b.

D) O cruzamento dos dois tipos possíveis de cada uma das duas dimensões analisadas em “p”, ou seja, (d1a) ou (d1b) x (d2a) ou (d2b), dão origem, segundo a *tipologia de políticas públicas*, a quatro combinações diferentes, que por sua vez, são classificadas como *tipos de estratégias de formulação** de políticas públicas. Com isto em consideração, tem-se a seguinte matriz:

Tipos de Estratégias de Formulação de Políticas Públicas		
<i>Natureza dos bens (d2)</i>	<i>Crítérios de alocação dos recursos (d1)</i>	
	Político-partidário (d1a)	Universalista (d1b)
Público (d2a)	Focalizada (d1a)(d2a)	Universalista (d1b)(d2a)
Privado (d2b)	Clientelista (d1a)(d2b)	Distributiva (d1b)(d2b)

Quadro 01 – Matriz da tipologia de estratégias de formulação de políticas públicas

Após a apresentação do modelo faz-se necessário conceituar as oito categorias que lhe são inerentes.

2.5. Conceituação das categorias inerentes à tipologia de políticas públicas

2.5.1. Quanto aos critérios de alocação de recursos - Dimensão 1 (d1)

*1. O termo “formulação” substitui o termo “implementação” originalmente empregado na tipologia de políticas públicas proposta por Borges, uma vez que o enfoque inicialmente proposto esteve no Poder Executivo, “implementador” das políticas públicas por excelência, e neste trabalho, transfere-se este enfoque para o Legislativo, “formulador” de políticas públicas por excelência. Uma vez que os critérios empregados na tipologia podem ser aplicados nas várias fases da política pública, entende-se que esta modificação não traz prejuízo à pesquisa, mas valoriza sua plasticidade.

2.5.1.1. Político-partidário (d1a)

Adaptando este conceito de seu sentido amplo para o sentido estrito deste trabalho, pode-se entender que o critério político-partidário para alocação de recursos na formulação de uma política pública haverá quando esta tentar maximizar os ganhos do Deputado que propuser políticas públicas para sua região eleitoral geográfica ou para os grupos identificados como os mais determinantes para o seu sucesso eleitoral para o cargo em questão.

Desta maneira, considerar-se-á uma política pública como tomadora do critério de alocação de recursos de cunho político-partidário na observância dos seguintes casos:

I – Projetos de Lei ou emendas parlamentares que tenham eficácia específica para o Distrito Federal uma vez que é facultado ao Deputado Federal em exercício propor políticas públicas em nível nacional.

II - Projetos de Lei ou emendas parlamentares que tenham destinação específica para categorias ou grupos ligados diretamente ao perfil do parlamentar e/ou às maiorias que compõem sua base eleitoral, normalmente identificadas por categorias profissionais ou grupos organizados.

III – Projetos de Lei ou emendas parlamentares que combinem os dois casos anteriores simultaneamente.

2.5.1.2. Universalista (d1b)

Em oposição ao critério político-partidário de alocação de recursos o critério universalista visa disponibilizar bens ou serviços (públicos ou privados) não a partir da consecução de objetivos personalistas ou particularistas, mas a partir de propósitos generalistas e universais, que ao menos aparentemente, não mantenham vínculo com a delimitação geográfica em que se encontram os eleitores do legislador ou os grupos e categorias que compõem sua base eleitoral.

Desta maneira, faz-se também necessário delimitar em quais momentos a presente pesquisa considera o critério de alocação de recursos universalista:

I – Projetos de Lei ou emendas parlamentares que tenham nível de agregação Regional, Setorial ou Nacional ,o que significa superior aos níveis individual e local (que nesta pesquisa, corresponde ao Distrito Federal).

II – Projetos de Lei ou emendas parlamentares na medida em que apresentarem nível de agregação setorial e não possuírem destinação que coincida com os setores e os assuntos dos grupos representativos majoritários da base eleitoral do parlamentar.

2.5.2. Quanto à natureza dos bens e serviços produzidos - Dimensão 2 (d2).

2.5.2.1. Privado (d2a)

A teoria econômica neoclássica define bens privados como aqueles que são rivais , excludentes e que geram benefícios estritamente individuais (BORGES, 2010).

Isso significa que, para ser considerado um bem privado o consumo de uma unidade deve acarretar na redução da sua disponibilidade para a sociedade (rivalidade) e a possibilidade de impedir que indivíduos ou grupos tenham acesso a este bem existe (excludente). Desta maneira, decorre a terceira característica: serão gerados benefícios tão somente para aquele indivíduo que usufruir do bem.

Para exemplificar, tomemos o Projeto de Lei nº 3391/2015 apresentado pelo Deputado Alberto Fraga (DEM/DF), que apresenta a seguinte ementa:

“Concede anistia ao Delegado de Polícia Federal Protógenes Pinheiro de Queiroz que coordenou a Operação Policial Satiagraha”. (Ementa do PL 3391/2015 disponível no sitio eletrônico da Câmara dos Deputados).

Excluindo da análise o mérito da matéria, observa-se que o referido Projeto de Lei visa produzir benefícios privados, uma vez que obedece ao principio da rivalidade, pois a concessão daquela anistia será concedida a um único indivíduo e em tese, outro indivíduo deixaria de receber este ato público, pois a capacidade de ação do Estado é limitada por disponibilidade de recursos, sobretudo humanos; obedecendo também o princípio da

exclusividade, pois esta anistia é concedida a um único indivíduo, impedindo todos os demais de acessar este benefício.

Desta maneira, atende-se também a terceira característica que define um bem privado, que consiste em gerar benefícios tão somente para aquele indivíduo que usufruir do bem, neste caso o Delegado de Polícia Federal Protógenes Pinheiro, que será anistiado quanto a atos que impliquem faltas ou transgressões de natureza administrativa, civil, penal e perda dos direitos políticos, em andamento, julgadas ou não, ou com transito em julgado, em decorrência da participação direta ou indireta na atividade policial da Operação Policial Federal Satiagraha, que apurou corrupção e desvios de recursos públicos.

Faz-se pertinente fazer uma importante ressalva: as definições aqui apresentadas de bens públicos e privados correspondem a tipos ideais, dificilmente encontrados em casos concretos. Como bem diferencia Borges (2010, p.125):

A maioria das políticas públicas não se encaixa perfeitamente em nenhuma das duas definições. A espacialização de políticas em áreas como saúde, educação, saneamento, etc., envolve a oferta dos chamados bens públicos locais. Trata-se de bens não divisíveis que geram externalidades positivas de âmbito local (ex. uma ponte, uma escola). Este tipo de política pública não permite a discriminação direta entre eleitores, mas por outro lado faculta ao governo focalizar os recursos em municípios específicos (BORGES, 2010).

Por esta razão, a caracterização do PL 3391/2015 como “rival” foi um tanto “especulativa”, uma vez que a política pública não se enquadra na categoria ideal de bem privado puro, todavia se trata de um bem privado, e para os fins deste trabalho, assim serão categorizados sempre que forem analisados:

I - Projetos de Lei ou emendas parlamentares que gerem benefícios tão somente para grupo ou indivíduo que usufruir da política pública.

II - Projetos de Lei ou emendas parlamentares que subsidiariamente à regra “I”, cumprirem os critérios de rivalidade e exclusividade, total ou parcialmente.

2.5.2.2. Público (d2b)

Os bens públicos são aqueles bens não-rivais (a utilização de uma unidade do bem não diminui sua disponibilidade para os demais indivíduos) e não-excludentes (nenhum indivíduo

pode ser excluído do usufruto do bem ofertado). Assim como os bens privados, os bens públicos também correspondem a tipos ideais dificilmente encontrados no mundo empírico.

Desta maneira, os critérios para classificação das políticas públicas analisadas como bens públicos são:

I - Projetos de Lei ou emendas parlamentares que gerem benefícios para a coletividade, ou seja, para os beneficiários diretos e também indiretos de forma coletiva.

II - II - Projetos de Lei ou emendas parlamentares que subsidiariamente à regra “I”, cumprirem os critérios de não-rivalidade e não-exclusividade, total ou parcialmente.

2.5.3. Tipos de estratégias de formulação de políticas públicas*

2.5.3.1. Focalizada (d1a)(d2a)

A focalização de políticas públicas não está explicitamente conceituada no trabalho de Borges, portanto, faz-se necessário recorrer à literatura específica sobre o tema, adotando o conceito amplamente aceito (porém restrito) de Van de Walle (1995, p. 28):

A política pública focalizada é uma tentativa deliberada de redirecionar recursos públicos para os mais pobres através de instrumentos que buscam selecioná-los como beneficiários diretos.

A referida restrição do conceito fundamenta-se no emprego da palavra “pobreza”, que se aplicado em seu sentido amplo, como a carência de algum bem ou serviço, torna a definição válida para todos os tipos de políticas públicas (MELLO, 2004).

2.5.3.2. Universalista (d1b)(d2a)

Uma revisão de literatura sobre as políticas públicas universalistas não nos permite declarar um conceito único, mas um agregado de características que se complementam formando aquilo que se pode conceber em linhas gerais como uma política pública universalista.

* Com o intuito de fundamentar os conceitos empregados no modelo tipológico de políticas públicas faz-se um esforço de servir-se tanto quanto possível dos conceitos teóricos fornecidos, assim como as referências, da obra que fundamenta a tipologia original (BORGES, 2010). Todavia, uma vez que a obra não conceituou todos os termos utilizados na classificação e também não foi identificada teoria uma que congregasse todos os conceitos que classificam os quatro tipos de estratégias de formulação de políticas públicas, recorreu-se aos autores clássicos que tratam do tema “tipos de políticas públicas”, trazendo conceitos de diferentes autores, porém, levando sempre em consideração a finalidade do emprego destes conceitos pelo modelo.

Desta maneira, podemos tomar as políticas públicas universalistas como aquelas em que os benefícios produzidos (ou ao menos potenciais) tem abrangência anunciada a todos os cidadãos (TEIXEIRA, 2002), são mais correntemente aplicadas por modelos de governo voltados ao bem-estar social e são ordinariamente associadas à garantia de direitos sociais (ALMEIDA, 2011).

Faz-se necessário diferenciar o supracitado “critério de alocação de recursos universalista” da “estratégia de formulação de políticas públicas universalista”. Embora se trate do mesmo termo, o contexto ao qual é submetido altera seu significado substancialmente: o primeiro está subsumido ao segundo, ou seja, o critério universalista para se alocar recursos é um critério muito importante para que uma política pública seja classificada como universalista, segundo o modelo de tipologia de políticas públicas empregado neste trabalho, este critério aliado ao oferecimento de bem público (em detrimento de privado) é o que caracteriza a política pública e a respectiva estratégia de formulação de políticas públicas do legislador que a propõe como universalista (e não focalizada).

2.5.3.3. Clientelista (d1a)(d2b)

A política pública clientelista, pela óptica do padrão de distribuição de benefícios, pode ser definida como aquela em que os benefícios são concentrados geograficamente ou setorialmente enquanto os custos são dispersos, ou seja, toda a sociedade arca com o custo da política pública, porém, apenas alguns grupos dela se beneficiam, à exemplo dos subsídios e renúncias fiscais (WILSON, 1973).

A estratégia de formulação de políticas públicas clientelista é então aquela em que o legislador propõe benefícios geograficamente e/ou setorialmente restrito, seguindo critérios de alocação personalistas (político-partidários) ao mesmo tempo em que oferece benefícios em forma de bens privados.

“O motivo pelo qual o clientelismo tende a estar associado à ideia de bens privados é simplesmente pelo fato de que este tipo de política pública facilita a exclusão. Isto é, do ponto de vista do governo é mais fácil assegurar a exclusão dos eleitores opositoristas do acesso a uma cesta básica ou a um cargo político, do que excluir estes mesmos eleitores dos benefícios propiciados por uma escola ou um hospital construído numa dada localidade” (BORGES, 2010, pp. 124).

Esta passagem deixa claro que para uma política pública ser classificada clientelista, não se faz necessário que se trate de um bem privado puro, há nuances, principalmente no caso concreto das proposições legislativas, que devem ser observadas.

2.5.3.4. Distributiva (d1b)(d2b)

Para Lowi (1972) as políticas distributivas são aquelas decisões tomadas pelo governo que desconsideram a questão da limitação de recursos, gerando impactos mais individuais do que coletivos, pois privilegia certos grupos ou regiões em detrimento de outros.

Em consonância com o exposto por Lowi, Borges (2010) afirma que na literatura de estudos legislativos norte-americanos, este tipo de política foi definido como concentrador de benefícios em um “reduto eleitoral”^{*} ao mesmo tempo em que dispersa os custos por toda a população através de impostos gerais. Mesmo quando estas políticas públicas geram benefícios coletivos, como no caso da construção de escolas, hospitais e redes de transporte, estes benefícios são circunscritos a um determinado município ou região geográfica.

2.6. Modelo Tipológico de Classificação de Proposições Legislativas

O modelo tipológico de políticas públicas apresentado anteriormente se faz bastante útil quando a finalidade da pesquisa é a classificação de estratégias de formulação de políticas públicas.

Todavia, considerando as particularidades da presente pesquisa, que analisa uma esfera diferente da qual o modelo foi originalmente aplicado, ou seja, analisa-se o Poder Legislativo, não Executivo, é importante fazer uso de um modelo tipológico que ajude nesta transição entre esferas analisadas.

^{*} O autor faz uso do termo “*constituency*”, uma vez que não há disponível tradução que translade com fidelidade o termo. O termo se refere a um corpo de cidadãos em um distrito eleitoral que elegeu representante para cargo no Executivo ou Legislativo. A limitação que o emprego do termo “reduto eleitoral” traz é que, ao reproduzir a idéia de um corpo de eleitores limitados geograficamente que elegem determinado representante é de que este espaço é “fortificado” por aquele representante ou seu grupo de poder, um lugar “fechado para o exterior”, ou seja, um reduto. Esta idéia pode caracterizar uma “*constituency*” mas não é parte integrante deste conceito.

Trata-se também de um modelo tipológico de classificação, porém, não de políticas públicas *lato sensu* como o modelo desenvolvido por Borges e aqui aplicado, mas de políticas públicas *stricto sensu*, ou seja, uma espécie de política pública, ou melhor, uma fase de uma espécie de políticas públicas: as leis em sua fase de formulação, ou concretamente, os Projetos de Lei.

Com isso em consideração, adotou-se neste trabalho a tipologia criada por Taylor-Robinson e Diaz (1999) para avaliar o processo legislativo em Honduras e posteriormente adaptada por Amorim e Santos (2003) para estudar o processo legislativo brasileiro. Esta tipologia é útil para os propósitos deste estudo porque, ao explorar os *níveis de agregação* dos projetos, seus *efeitos* e seus *assuntos*, permite uma visão mais sistemática dos Projetos de Lei analisados o que viabiliza em seguida, uma análise mais acertada acerca dos critérios que definem os tipos de estratégias de formulação de políticas públicas.

Como referido, a tipologia é constituída por três critérios inerentes a todo Projeto de Lei: o nível de agregação, os efeitos e os assuntos. Cada critério possui categorias de sentidos amplos aos quais os projetos podem ser classificados. São estes os critérios:

Quadro 2 – Nível de Agregação

Nível de Agregação
Individual
Local
Regional
Setorial
Nacional

O primeiro critério é o **nível de agregação**, Taylor-Robinson e Diaz definiram cinco categorias: individual, local, regional, setorial e nacional.

Um projeto de lei é classificado como de nível individual de agregação quando tem como alvo um único ou uns poucos indivíduos; é o caso dos projetos honoríficos e dos que concedem pensão a viúvas de ex-presidentes. Um projeto de lei de nível local de agregação é aquele que tem por objeto um único município, ou um pequeno número deles, mas não a totalidade dos municípios de um estado, região ou país. Os projetos de nível de agregação

regional visam a um ou a alguns estados ou regiões, mas não à totalidade das regiões do país. Classificamos um projeto como de nível setorial quando tem por objeto um determinado setor da economia ou ramo de atividade profissional – os melhores exemplos são os projetos de regulamentação do exercício de uma nova profissão. Finalmente, os projetos de nível nacional afetam indiscriminadamente todos os grupos de cidadãos, regiões, estados e municípios (AMORIM NETO & SANTOS, 2003).

Quanto aos **efeitos dos projetos de lei**, Taylor-Robinson e Diaz subdividiram esse critério em quatro categorias: benéfica, onerante, mista e neutra.

Quadro 3 – Efeitos

Efeitos
1. Benéfica
2. Onerante
3. Mista
4. Neutra

Projetos benéficos são os que concedem benefícios a um indivíduo, uma prefeitura, uma região, um grupo social ou ao país como um todo. Projetos onerantes são os que impõem ônus financeiros ou regulatórios. Os projetos mistos são os que ao mesmo tempo beneficiam algumas pessoas e oneram outras. Os projetos neutros comemoram um acontecimento específico, estabelecem um dia de festa sem conceder um feriado aos trabalhadores, ou especificam um contrato já existente sem ajudar ou prejudicar as pessoas (AMORIM NETO & SANTOS, 2003).

Os pesquisadores Amorim Neto e Octavio Santos propuseram na obra “*O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros*” um novo critério para classificação de Projetos de Lei, o **assunto**, ou se for preferível, tema /objeto dos Projetos de Lei.

Amorim Neto e Santos criaram 8 categorias: administrativa, econômica, honorífica, orçamentária, política, social, cultural-científica-tecnológica e ecológica. Considerando o conhecimento prévio sobre o perfil dos parlamentares analisados e observando o objetivo

perseguido pelo presente trabalho (identificar estratégias de formulação de políticas públicas). Foram necessárias duas importantes modificações nesta tipologia:

A primeira modificação implica na adição de uma nova categoria ao critério, o assunto **tributação**. Por mais que possa ser válido o esforço de subsumir este assunto a outro mais abrangente como economia, uma vez que a tributação advém da taxação do setor privado, ou então, ao assunto orçamentário, considerando que é no orçamento que se calculam os balanços tributários e se fazem programações, esta ainda é uma categoria muito relevante para ser subsumida e muito presente nas pautas legislativas para ser computada em outro assunto que não a represente de forma integral.

A segunda modificação implica na criação de cinco subcategorias dentro da categoria que notadamente tem o maior apelo eleitoral e conseqüentemente, tende a estimular a produção de um número mais elevado de projetos de lei sobre este assunto, que é o assunto **social**. Por isso, foram criadas as cinco subcategorias: **1.1. Social – Saúde; 1.2. Social – Educação; 1.3. Social – Segurança Pública; 1.4. Social – Trabalho e Previdência; 1.5. Social – Outros**.

Estas modificações ao modelo original foram feitas com o intuito de retratar com maior fidedignidade a realidade quanto à apresentação dos Projetos de Lei elaborados pelos parlamentares neste trabalho, pois, uma vez que se adicionam novas categorias representativas à tipologia, em conseqüência, aumenta sua representatividade.

Desta maneira, eis o critério e suas categorias:

Quadro 4 - Assuntos

Assuntos:
1.1. Social – Saúde
1.2. Social – Educação
1.3. Social – Segurança Pública
1.4. Social – Trabalho e Previdência
1.5. Social – Outros
2. Administrativa
3. Econômica
4. Honorífica
5. Orçamentária
6. Política

7. Cultural - Científica- Tecnológica
8. Ecológica
9. Tributaria

Sempre haverá a dificuldade de se analisar os Projetos de Lei que tratam de mais de um assunto. Estes não são raros, até porque os vários assuntos que concernem ao Estado acima expostos muitas vezes se interpenetram. Nestes casos, a solução que será seguida é a mesma proposta por Amorim & Santos: considerar sempre assunto mais proeminente.

Este modelo tipológico se mostra aplicável tanto aos projetos de lei quanto às emendas parlamentares ao orçamento, por isto é chamado de tipologia de proposições legislativas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho, propõe-se analisar, a partir das proposições legislativas apresentadas (Projetos de Lei e Emendas Parlamentares ao Orçamento), quais as estratégias de formulação de políticas públicas empregadas pelos Deputados Federais da Bancada do Distrito Federal eleitos para o mandato no período 2015-2018. Com este esforço, pretende-se expandir o entendimento sobre políticas públicas no âmbito do Legislativo Federal no Distrito Federal, demonstrando qual o atual paradigma quanto ao emprego de estratégias de formulação de políticas públicas nesta unidade da Federação, além de testar uma tipologia de políticas públicas à uma nova realidade, o Poder Legislativo, o que pode vir a contribuir para a literatura neste campo como um novo instrumento de pesquisa à disposição.

O trabalho foi desenvolvido em torno da seguinte pergunta de pesquisa: É possível discernir na bancada do Distrito Federal do Congresso Nacional diferentes estratégias de comportamento parlamentar quanto à formulação de políticas públicas?

Esta pergunta visou responder como se dá a atuação dos Deputados que representam o Distrito Federal no Congresso na hora de propor políticas públicas. Compreender quais estratégias de comportamento parlamentar são empregadas individualmente e pela bancada quando o assunto é cumprir com a função precípua do legislador, que é a de propor novas leis que melhorem a vida dos seus representados.

A fim de se responder a pergunta de pesquisa, foi traçado o objetivo geral da pesquisa: Descrever como se deu o comportamento parlamentar dos Deputados Federais da bancada do DF e quais as estratégias de formulação de políticas públicas empregadas por estes atores, relacionando estratégias de formulação de políticas públicas com os perfis dos parlamentares e buscando estabelecer relações entre os comportamentos observados dos diferentes membros da bancada e da bancada como um todo.

Por sua vez, para viabilizar o objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar quais políticas públicas foram propostas pelos Deputados Federais do DF na Câmara.
- Definir em linhas gerais os perfis, características das bases eleitorais e visão sobre políticas públicas dos oito Deputados que compõem a bancada do DF na Câmara Federal.

- Verificar se a tipologia de políticas públicas desenvolvida por André Borges é, aliada à tipologia de classificação de Projetos de Lei desenvolvida por Taylor-Robinson e Diaz, instrumento adequado para a análise de Projetos de Lei e Emendas Parlamentares ao Orçamento com o intuito de definir estratégias de formulação de políticas públicas.
- Definir como as estratégias de formulação de políticas públicas foram utilizadas pelos Deputados Federais do DF.
- Levantar hipóteses, com base no marco teórico definido, acerca das razões para se observar os resultados referentes às estratégias de formulação de políticas públicas utilizadas.

Enfim, para a consecução dos objetivos específicos, e para realização da pesquisa como um todo, foram empregados procedimentos metodológicos bem definidos.

A pesquisa deu-se em duas fases: Coleta de dados e análise dos dados. O primeiro método da coleta de dados foi a análise documental, a fim de identificar as políticas públicas apresentadas. O segundo foi a entrevista com os Deputados, para descrição dos perfis dos respectivos e caracterização de suas bases eleitorais. O terceiro foi a aplicação das tipologias, visando processar as informações obtidas pelas duas fases anteriores.

3.1. Unidade de análise

A população estudada neste presente trabalho são os Deputados Federais eleitos pelo Distrito Federal nas Eleições de 2014 para cumprir mandato no período 2015-2018. O que se pretende, ao estudar esta população, é entender estratégias de formulação de políticas públicas utilizadas pelos membros deste grupo.

Quanto ao universo “políticas públicas” este teve que ser consideravelmente limitado uma vez que inúmeras atividades parlamentares podem ser interpretadas, à luz da definição de políticas públicas empregada no marco teórico, como políticas públicas. Por isso, optou-se por selecionar uma amostra considerada representativa deste universo: os Projetos de Lei e as Emendas Parlamentares ao Orçamento.

Por se tratar de uma população relativamente pequena, oito Deputados Federais, se fez possível estudar toda a amostra selecionada:

- 224 Projetos de Lei;

- 135 emendas parlamentares ao orçamento.

A amostra analisada soma um total de 359 políticas públicas propostas pelos Deputados Federais do DF entre o período em que assumiram o mandato eletivo, primeiro de Janeiro de 2015, até a data do início da coleta de dados, dia 02 de Abril de 2016.

3.2. Esquema lógico da pesquisa

Para analisar as estratégias de formulação de políticas públicas, é necessário delimitar os agentes que propõem estas políticas públicas: os Deputados Federais eleitos pelo Distrito Federal nas Eleições de 2014.

Para analisar as políticas públicas propostas pelos Deputados Federais eleitos pelo Distrito Federal nas Eleições de 2014, é necessário selecionar uma amostra do universo das políticas públicas propostas por estes agentes: os Projetos de Lei e as Emendas Parlamentares ao Orçamento propostos entre 01/01/2015 e 02/04/2016.

Para analisar os Projetos de Lei e as Emendas Parlamentares ao Orçamento propostos entre 01/01/2015 e 02/04/2016 é necessário aplicar uma tipologia que os classifique quanto às estratégias de formulação de políticas públicas: foi selecionado o modelo tipológico de políticas públicas proposto por André Borges, descrito no Referencial Teórico deste trabalho.

Para aplicar a tipologia que classifica as políticas públicas selecionadas quanto às estratégias de formulação de políticas públicas, é necessário aplicar um modelo tipológico acessório de classificação de Projetos de Lei: A tipologia desenvolvida por Taylor-Robinson e Diaz também descrita no Referencial Teórico deste trabalho.

Para se aplicar as duas tipologias às políticas públicas selecionadas, é necessário haver conhecimento prévio acerca de qual o perfil e quais as características da base eleitoral dos proponentes: Realização de entrevistas qualitativas com Deputados e chefes de gabinetes para coletar estes dados.

A amostra de políticas públicas será submetida à tipologia de Projetos de Lei (Taylor-Robinson e Diaz) e em seguida à tipologia de políticas públicas (André Borges) após a realização das entrevistas qualitativas que forneceram as informações acerca do perfil dos deputados e características das respectivas bases eleitorais. Estas informações são bastante úteis para as tomadas de decisão nas classificações das tipologias.

3.3. Coleta de dados

A coleta de dados se deu em duas fases: pesquisa documental e entrevista.

3.3.1. Pesquisa documental

A fonte na qual os dados secundários que serviram de base para a pesquisa foram coletados é o sitio eletrônico da Câmara dos Deputados. Neste, é possível utilizar ferramentas de pesquisa com filtros de busca, o que facilitou bastante a coleta.

Após identificados os dados, estes foram organizados em planilhas do Excel. Foram criadas duas planilhas para controle: uma para os projetos de lei, organizadas em oito abas, uma para cada Deputado; e outra para as emendas parlamentares ao orçamento, seguindo a mesma divisão em abas.

Cada aba conta com três campos que possuem tipos diferentes de dados: o primeiro campo refere-se às informações sobre o Projeto de Lei ou Emenda; o segundo campo corresponde aos critérios e respectivas classificações da tipologia de proposições legislativas; o terceiro campo corresponde aos critérios e classificações da tipologia de políticas públicas.

3.3.2. Entrevista

Dados primários foram coletados diretamente na fonte em que foram gerados (DIAS, 2009) a fim de responder as seguintes perguntas: qual o perfil dos Deputados proponentes das políticas públicas que compõem o universo de análise da pesquisa e quais as características de suas respectivas bases eleitorais?

O método escolhido e entendido como adequado para a coleta das informações que podem responder as perguntas foi a entrevista qualitativa estruturada. Entendemos que o método de entrevista é o:

“processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (HAGUETTE, 1997, p. 86)

Deste modo, a entrevista estruturada, por sua vez, é assim caracterizada quando a entrevista entre as duas pessoas é conduzida mediante questionário totalmente estruturado, onde as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado latente de não fugir a elas

(LAKATOS, 1996), uma vez que os dados coletados deverão ser posteriormente comparados entre as unidades que compõem a população estudada.

Foram realizadas entrevistas com Deputados Federais do Distrito Federal ou respectivos chefes de gabinetes e assessores, a depender da disponibilidade e acesso de cada Gabinete. Optou-se por priorizar as entrevistas com os atores citados em ordem, pois, por se tratar de uma entrevista sobre as percepções dos Deputados, entende-se que o próprio Deputado ou o ator mais próximo a ele, priorizando o que o acompanha há mais tempo, terá melhores condições de responder.

Estes dados foram obtidos a partir da elaboração de entrevista formal, com um total de 13 perguntas subjetivas e abertas e 7 perguntas objetivas e fechadas, totalizando 20 perguntas. O questionário foi dividido em três partes: 1. Perfil do Deputado 2. Base Eleitoral 3. Formulação de Políticas Públicas. As duas primeiras partes, como já explicitado, dão suporte para a aplicação das tipologias às políticas públicas analisadas, a terceira, por sua vez, fornecerá a visão dos parlamentares sobre a fase de formulação de políticas públicas, constituindo valiosa informação para a parte seguinte à análise dos dados, o diagnóstico. Cada parte é composta por perguntas tanto objetivas quanto subjetivas. O roteiro de entrevista se encontra no apêndice.

O processo de realização das entrevistas consistiu em sucessivas visitas à Câmara dos Deputados para acessar os gabinetes e coletar as informações necessárias. O procedimento padrão foi ser dirigido para a sala de reunião do gabinete e realizar a entrevista com o Deputado, Chefe de Gabinete ou Assessor, sem nenhum espectador. O registro da entrevista se deu por meio do roteiro da entrevista impresso e caneta para registrar as repostas na própria folha do roteiro.

Quadro 5 – Realização das entrevistas com a bancada do DF na Câmara

Formulador de Políticas Públicas (Deputado):	Resultado
1. Deputado Alberto Fraga (DEM/DF)	Não realizada
2. Deputado Augusto Carvalho (SD/DF)	Não realizada
3. Deputada Erika Kokay	Não realizada
4. Deputado Izalci	Realizada

5. Deputado Ronaldo Fonseca	Realizada
6. Deputado Laerte Bessa	Realizada
7. Deputado RôneyNemer	Realizada
8. Deputado Rogério Rosso	Não realizada

4. RESULTADOS

Primeiramente, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre a aplicação do método e resultados obtidos:

I – Análise das políticas públicas

Como bem descrito nos procedimentos metodológicos, as políticas públicas apresentadas pela bancada do DF na Câmara foram analisadas em duas etapas:

a) Projetos de lei – Foram analisados 224 Projetos de Lei ao total, (média de 28 por Deputado) apresentados entre 1º de Janeiro de 2015 a 02 de Abril de 2016, à luz da tipologia de políticas públicas desenvolvida por Borges e da tipologia de classificação de projetos de lei de Taylor-Robinson e Diaz (adaptada). Esta análise gerou oito planilhas (uma para cada Deputado da bancada), que se encontram no Apêndice.

b) Emendas Parlamentares – Foram analisadas 135 Emendas Parlamentares ao total* (média de 17 por Deputado), apresentados entre 1º de Janeiro de 2015 a 02 de Abril de 2016, à luz da tipologia de políticas públicas desenvolvida por Borges e da tipologia de classificação de projetos de lei de Taylor-Robinson e Diaz (adaptada). Esta análise gerou oito planilhas (uma para cada Deputado da bancada).

Ao todo 358 políticas públicas foram analisadas à luz do marco teórico anteriormente elucidado, seguindo à risca os referidos procedimentos metodológicos.

II) Coleta de dados e entrevistas

Após quinze dias de contatos diários com os Gabinetes dos Deputados da bancada do DF, período destinado à coleta de dados, foram realizadas entrevistas com os Deputados Laerte Bessa (PR/DF), Izalci (PSDB/DF), Ronaldo Fonseca (PROS/DF) e Rôney Nemer (PP/DF).

Os demais Deputados: Alberto Fraga (DEM/DF), Rogério Rosso (PSD/DF), Erika Kokay (PT/DF) e Augusto Carvalho (SD/DF), não manifestaram interesse em participar da presente pesquisa, nem mesmo por parte de assessores do Gabinete.

*Ao se aplicar a tipologia de proposições legislativas às emendas parlamentares verificou-se que pela natureza deste tipo de proposição o efeito pretendido sempre seria “benéfico” pois sempre correspondem a aumentos de dotações orçamentárias, sem impor nenhum tipo de ônus. Pelo mesmo motivo, os bens gerados por este tipo de proposição foram considerados sempre como “privados” na aplicação da tipologia de políticas públicas, uma vez que um aumento de dotação orçamentária para um determinado programa ou beneficiário sempre rivalizará com outro programa ou beneficiário e será excludente.

Considerando o cronograma de trabalho, e em virtude do risco de atrasar as demais atividades da pesquisa, descartou-se a entrevista com os referidos Deputados ou seus representantes de Gabinete. A alternativa para estes quatro casos foi buscar em fontes oficiais (site da Câmara e site oficial do político) as informações disponíveis, para delimitar minimamente o perfil do parlamentar, ficando prejudicadas as outras duas áreas que cabem à entrevista programada: perfil do eleitor e visão do deputado sobre políticas públicas.

Quanto ao propósito precípua deste trabalho, que é analisar as estratégias de formulação de políticas públicas utilizadas pelos Deputados Federais da bancada do DF a partir de uma aplicação conjunta de duas tipologias, não há prejuízo. Todavia, as entrevistas enriquecem a pesquisa, pois trazem uma visão interna sobre as políticas públicas destes agentes que estão sendo estudados e permitem identificar nuances que uma elaboração de perfil objetiva com dados públicos pode deixar passar despercebidas.

De toda sorte, abaixo seguem os resumos dos resultados obtidos com a pesquisa, seguidos de três tabelas: 1. Tabela-Resumo - Perfil do Deputado, Perfil do Eleitor e Visão Sobre Políticas Públicas; 2. Tabela-Resumo – Projetos de Lei Apresentados; 3. Tabela-Resumo – Emendas Parlamentares Apresentadas.

4.1. Alberto Fraga

O Deputado Alberto Fraga (DEM/DF), fez carreira na Polícia Militar e é Coronel da Reserva atualmente. É um político experiente, está no exercício de seu quarto mandato de Deputado Federal. Quanto às políticas públicas este entende que a área prioritária é Segurança Pública, área na qual, inclusive acumula o diploma de Mestrado.

Fraga é com distância o Deputado dentro da Bancada do DF que mais apresentou Projetos de Lei: foram 86 no período analisado, o que corresponde a 38% do total de Projetos apresentados pela Bancada. Quanto ao nível de agregação dos seus Projetos apresentados 40% são de nível setorial e 40% nacional; 60% são produtores de efeitos benéficos; os assuntos tratados são em sua maioria Segurança Pública (63%), ficando os demais projetos bem distribuídos entre os demais temas.

A estratégia de formulação de políticas públicas para os PLs mais utilizada é a clientelista (37%), ficando em segundo lugar a distributivista (31%) seguida da universalista (26%) e focalizada (6%).

As emendas parlamentares são quase que totalmente destinadas ao DF e suas Regiões Administrativas, ou seja, locais (93%), sendo o restante para municípios fora do DF ou fundos destinados às regiões brasileiras, ou seja, regionais (7%). A estratégia utilizada foi clientelista (93%), seguida pela focalizada (7%).

Perfil do candidato		Perfil do eleitor		Visão sobre Políticas Públicas	
Vida pregressa:	Presidente, Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal (1998-2001). Até a atualidade é Coronel da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal	Como caracteriza seus eleitores:		Papel individual na formulação de políticas públicas	
Entrada na Política:		Contato com eleitores:		Papel do Congresso Nacional na Formulação de Políticas Públicas	
Trajatória na Política	Deputado Federal (1998, 2002, 2006, 2014). Secretário de Transportes do Distrito Federal(2007). Candidato a Senador derrotado 2010.				
Vive e exerceu profissão por mais de 10 anos:		RAS consideradas decisivas para eleição.		Áreas de políticas públicas em ordem de prioridade	Segurança Pública.
Posicionamento esquerda-direita:		Grupos que mais apoiaram a eleição		Tipo de políticas públicas preferido	
Escolaridade	Superior (Direito, Educação Física e Administração - mestre em Segurança Pública).				
Grupos que dá mais suporte:					

Tabela 1.1. - Dep. Alberto Fraga - Perfil do Deputado, Perfil do Eleitor e Visão Sobre Políticas Públicas.

Tabela Resumo - Projetos de Lei apresentados - Dep. Alberto Fraga														
Nível de Agregação					Efeito				Assunto					
Individual	Local	Regional	Setorial	Nacional	Benéfica	Onerante	Misto	Neutro	1.1. Social - Saúde	1.2. Social - Educação	1.3. Social - Segurança Pública	1.4. Social - Trabalho e Previdência	1.5. Social - Outros	2. Administrativa
1%	19%	0%	40%	40%	60%	15%	26%	0%	1%	1%	63%	5%	15%	3%
Assunto								Tipo de bem produzido	Critério de alocação		Tipo de estratégia de formulação de políticas públicas			
3. Econômica	9. Tributária	4. Honorífica	5. Orçamentária	6. Política	7. Cultural - Científica Tecnológica	8. Ecológica	Público	Privado	Político-Partidário	Universalista	Distributivista	Clientelista	Focalizado	Universalista
3%	3%	0%	2%	0%	0%	3%	56%	44%	67%	33%	31%	37%	6%	26%
Total de Projetos apresentados:					86									

Tabela 1.2. - Dep. Alberto Fraga - Tabela-Resumo – Projetos de Lei Apresentados

Tabela Resumo - Emendas Parlamentares - Dep. Ablerto Fraga														
Nível de Agregação					Efeito				Assunto					
Individual	Local	Regional	Setorial	Nacional	Benéfica	Onerante	Misto	Neutro	1.1. Social – Saúde	1.2. Social – Educação	1.3. Social – Segurança Pública	1.4. Social - Trabalho e Previdência	1.5. Social - Outros	2. Administrativa
0%	93%	7%	0%	9%	100%	0%	0%	0%	27%	7%	27%	0%	27%	0%
Assunto								Tipo de bem produzido	Critério de alocação		Tipo de estratégia de formulação de políticas públicas			
3. Econômica	9. Tributária	4. Honorífica	5. Orçame	6. Política	7. Cultural - Científica Tecnológica	8. Ecológica	Público	Privado	Político-Partidário	Universalista	Distributivista	Clientelista	Focalizado	Universalista
0%	0%	0%	0%	0%	13%	0%	0%	100%	93%	7%	0%	93%	7%	0%
Total de Emendas apresentadas:					11									

Tabela 1.3. - Dep. Alberto Fraga- Tabela-Resumo – Emendas Parlamentares Apresentadas.

4.2. Augusto Carvalho

O Deputado Augusto Carvalho (SD/DF) é outro político experiente, exercendo seu sexto mandato de Deputado Federal. Teve atuação forte no sindicato dos bancários e criou a Associação Contas Abertas, que valoriza transparência nas contas públicas. Em seus meios de comunicação o Deputado declara que as áreas de políticas públicas mais importantes são: meio-ambiente, transporte público, saúde, educação e habitação.

Os projetos de Lei apresentados são em sua maioria de nível Nacional (59%), com parcela considerável de Projetos de nível Setorial (35%). Os efeitos são em sua maioria Benéficos (46%), mas há grande número de Misto também (32%). Os Projetos estão bem distribuídos entre os vários assuntos possíveis, havendo destaque ligeiramente maior para o Social – Trabalho e Previdência (32%) e Ecológica (19%). Não há estratégia de formulação predominante, uma vez que Universalismo (35%) e Distributivismo (35%) ficam empatadas, de toda sorte, verifica-se uma forte inclinação de se propor Projetos de Lei que produzam benefícios públicos (73%).

As emendas parlamentares são sobretudo locais (82%), com maior parcela destinada à Saúde (36%) seguida da Educação (22%). A estratégia dominante é clientelista (82%).

Perfil do candidato		Perfil do eleitor			Visão sobre Políticas Públicas	
Vida pregressa:	Banco do Brasil (1972), presidente do sindicato dos bancários (1980). Criador da Associação Contas Abertas.	Como caracteriza seus eleitores:			Papel individual na formulação de políticas públicas	
Entrada na Política:		Contato com eleitores:			Papel do Congresso Nacional na Formulação de Políticas Públicas	
Trajeto na Política	Deputado Federal por 6 mandatos (1987-1991, 1991-1995, 1995-1999, 2007-2011, 2011-2015, 2015-2019. Deputado Distrital (2002). Secretário de Saúde do governo (2008).					
Vive e exerceu profissão por mais de 10 anos:		RAS consideradas decisivas para eleição.			Áreas de políticas públicas em ordem de prioridade	Meio ambiente, transporte público, saúde, educação, habitação.
Posicionamento esquerda-direita:		Grupos que mais apoiaram a eleição			Tipo de políticas públicas preferido	
Escolaridade	Superior (Sociologia)					
Grupos que dá mais suporte:						

Tabela 2.1. - Dep. Augusto Carvalho - Tabela-Resumo – Perfil do Deputado, Perfil do Eleitor e Visão Sobre Políticas Públicas.

Tabela Resumo - Projetos de Lei apresentados - Dep. Augusto Carvalho														
Nível de Agregação					Efeito				Assunto					
Individual	Local	Regional	Setorial	Nacional	Benéfica	Onerante	Misto	Neutro	1.1. Social – Saúde	1.2. Social – Educação	1.3. Social – Segurança Pública	1.4. Social - Trabalho e Previdência	1.5. Social - Outros	2. Administrativa
0%	5%	0%	35%	59%	46%	16%	32%	5%	3%	3%	3%	32%	16%	3%
Assunto									Tipo de bem produzido		Tipo de estratégia de formulação de políticas públicas			
3. Econômica	9. Tributária	4. Honorífica	5. Orçame	6. Política	7. Cultural - Científica - Tecnológica	8. Ecológica	Público	Privado	Político-Partidário	Universalista	Distributivista	Clientelista	Focalizado	Universalista
11%	3%	5%	0%	3%	0%	19%	73%	27%	43%	57%	35%	8%	22%	35%
Total de Projetos apresentados:					37									

Tabela 2.2. - Dep. Augusto Carvalho - Tabela-Resumo – Projetos de Lei Apresentados

Tabela Resumo - Emendas Parlamentares - Dep. Augusto Carvalho														
Nível de Agregação					Efeito				Assunto					
Individual	Local	Regional	Setorial	Nacional	Benéfica	Onerante	Misto	Neutro	1.1. Social – Saúde	1.2. Social – Educação	1.3. Social – Segurança Pública	1.4. Social - Trabalho e Previdência	1.5. Social - Outros	2. Administrativa
0%	82%	9%	0%	9%	100%	0%	0%	0%	36%	27%	0%	0%	18%	0%
Assunto								Tipo de bem produzido	Critério de alocação		Tipo de estratégia de formulação de políticas públicas			
3. Econômica	9. Tributária	4. Honorífica	5. Orçame	6. Política	7. Cultural - Científica - Tecnológica	8. Ecológica	Público	Privado	Político-Partidário	Universalista	Distributivista	Clientelista	Focalizado	Universalista
18%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	82%	18%	0%	82%	18%	0%
Total de Emendas apresentadas:					11									

Tabela 2.3. - Dep. Augusto Carvalho - Tabela-Resumo – Emendas Parlamentares Apresentadas

4.3. Erika Kokay

A Deputada Erika Kokay (PT/DF) está em seu segundo mandato de Deputada Federal (2010 e 2014). No passado, foi Deputada Distrital por duas vezes (2002 e 2006). Antes do serviço público, exerceu o cargo de Presidente da CUT-DF (2000) e Presidente do Sindicato dos Bancários (1992). Suas áreas de políticas públicas prioritárias, segundo o site oficial da Deputada, são os direitos dos trabalhadores, direitos humanos e direitos das minorias.

Os Projetos de Lei que apresenta são em maior parte de nível Nacional (57%) com parcela significativa de nível Setorial (36%). Os efeitos pretendidos são sobremaneira Benéficos (50%), seguido de Mistos (29%). A grande maioria dos Projetos se enquadra no Assunto “Social – Outros” (57%), seguido do “Social – Trabalho e Previdência” (14%) e Tributário (14%). A estratégia que prevalece é a Distributivista (43%), seguida da universalista (36%), guiadas por uma forte oferta de bens públicos (79%).

As emendas parlamentares são totalmente destinadas ao DF, ou seja, são locais (100%), desta maneira, segundo a tipologia empregada, a estratégia de formulação de políticas públicas neste quesito é exclusivamente clientelista (100%). A maior parte destas emendas são destinadas à Saúde (39%), seguido da categoria Cultural-Científico-Tecnológico (32%).

Perfil do candidato		Perfil do eleitor			Visão sobre Políticas Públicas	
Vida pregressa:	Caixa Econômica Federal (1982), Presidente do Sindicato dos Bancários (1992), Presidente da CUT DF (2000).	Como caracteriza seus eleitores:			Papel individual na formulação de políticas públicas	
Entrada na Política:		Contato com eleitores:			Papel do Congresso Nacional na Formulação de Políticas Públicas	
Trajeto na Política	Deputada Distrital em dois mandatos (2002 e 2006), Dois mandatos Deputada Federal (2010 e 2014)					
Vive e exerceu profissão por mais de 10 anos:		RAS consideradas decisivas para eleição.			Áreas de políticas públicas em ordem de prioridade	Direitos dos trabalhadores, dos Direitos Humanos e dos direitos das parcelas mais vulnerabilizadas e minorizadas da população brasileira
Posicionamento esquerda-direita:		Grupos que mais apoiaram a eleição			Tipo de políticas públicas preferido	
Escolaridade	Superior (Psicologia)					
Grupos que dá mais suporte:						

Tabela 3.1. - Dep. Erika Kokay- Tabela-Resumo – Perfil da Deputada, Perfil do Eleitor e Visão Sobre Políticas Públicas.

Tabela Resumo - Projetos de Lei apresentados - Dep. Erika Kokay														
Nível de Agregação					Efeito				Assunto					
Individual	Local	Regional	Setorial	Nacional	Benéfica	Onerante	Misto	Neutro	1.1. Social – Saúde	1.2. Social – Educação	1.3. Social – Segurança Pública	1.4. Social - Trabalho e Previdência	1.5. Social - Outros	2. Administrativa
0%	7%	0%	36%	57%	50%	14%	29%	7%	0%	0%	0%	14%	57%	0%
Assunto								Tipo de bem produzido	Critério de alocação	Tipo de estratégia de formulação de políticas públicas				
3. Econômica	9. Tributária	4. Honorífica	5. Orçame	6. Política	7. Cultural - Científica - Tecnológica	8. Ecológica	Público	Privado	Político-Partidário	Universalista	Distributivista	Clientelista	Focalizado	Universalista
7%	14%	0%	0%	7%	0%	0%	79%	21%	57%	43%	43%	14%	7%	36%
Total de Projetos apresentados:					14									

Tabela 3.2. - Dep. Erika Kokay- Tabela-Resumo –Projetos de Lei Apresentados

Tabela Resumo - Emendas Parlamentares - Dep. Erika Kokay														
Nível de Agregação					Efeito				Assunto					
Individual	Local	Regional	Setorial	Nacional	Benéfica	Onerante	Misto	Neutro	1.1. Social – Saúde	1.2. Social – Educação	1.3. Social – Segurança Pública	1.4. Social - Trabalho e Previdência	1.5. Social - Outros	2. Administrativa
0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	39%	7%	0%	0%	7%	0%
Assunto								Tipo de bem produzido	Critério de alocação		Tipo de estratégia de formulação de políticas públicas			
3. Econômica	9. Tributária	4. Honorífica	5. Orçamento	6. Política	7. Cultural - Científica - Tecnológica	8. Ecológica	Público	Privado	Político-Partidário	Universalista	Distributivista	Clientelista	Focalizado	Universalista
11%	0%	0%	0%	4%	32%	0%	0%	100%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
Total de Emendas apresentadas:					28									

Tabela 3.3. - Dep. Erika Kokay- Tabela-Resumo – Emendas Parlamentares Apresentadas

4.4. Izalci

O Deputado Federal Izalci (PSDB/DF) tem como destaque em seu perfil o fato de já ter exercido o cargo de Secretário de Ciência e Tecnologia do Governo do Distrito Federal, ser professor e ter criado Associação em defesa da educação de qualidade antes de ingressar na vida partidária. Quanto à ideologia, considera-se centro levemente inclinado para a direita (nota 06 na graduação esquerda-direita de 1 a 10). É um político experiente, acumulando os cargos de Dep. Distrital (2002), Dep. Federal Suplente (2006) e Dep. Federal em exercício (2010 e 2014).

Quanto aos seus eleitores, os grupos mais destacados pelo Deputado foram os professores, estudantes, funcionários públicos e empresários.

No que se refere à visão do Deputado sobre as políticas públicas, este respondeu indiretamente que tem preferência pelas estratégias distributivistas. Também criticou o excesso de interferência do poder Executivo na formulação de políticas públicas, sobretudo via Medida Provisória, e destacou a importância da atuação conjunta dos Deputados em defesa de pautas determinadas, seja nas Comissões Temáticas ou nas Frentes Parlamentares. Para o Deputado, as áreas de políticas públicas mais importantes em ordem de prioridade são Saúde, Educação e Segurança Pública.

Os projetos de lei apresentados pelo Deputado são, sobretudo de nível de agregação nacional (71%), visam produzir efeitos benéficos (57%), e o assunto predominante é educação (43%). Há uma forte inclinação para a proposição de políticas públicas universalistas (71%). O Dep. Izalci foi o parlamentar que menos apresentou projetos de lei no período analisado, apenas sete.

As emendas parlamentares apresentadas foram majoritariamente locais, ou seja, destinadas ao DF (70%), porém, o número de emendas de destinação nacional também é considerável (30%), uma vez que há uma tendência bastante clara de usar este instrumento para destinar recursos às bases eleitorais dos parlamentares. Desta forma, a maioria das

emendas se classificaram como de estratégia clientelista de formulação de políticas públicas (70%) enquanto o restante classifica-se como focalizada (30%). Os assuntos, ou áreas de destinação das emendas foram bem diversificados, chamando atenção às categorias *cultural – científico – tecnológico* (25%) e *social - segurança pública* (25%).

Perfil do Deputado		Perfil do eleitor		Visão sobre Políticas Públicas	
Vida pregressa:	Contador e professor. Presidente do Sindicato dos Contadores de Brasília e do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF. Juiz do Trabalho, TRT-10ª Região Brasília (segunda instância) e fundador da Associação Brasileira pela Educação de Qualidade (Abeduq).	Como caracteriza seus eleitores:	Trabalhadores, servidores, empreendedores e estudantes atentos e bem informados.	Papel individual na formulação de políticas públicas	Propor políticas públicas por meio das Comissões Temáticas com projetos próprios, conjuntos ou relatorias e nas Comissões Especiais destinadas a analisar as Medidas Provisórias e os Projetos de Lei do Executivo com emendas que possam agregar e aperfeiçoar os textos originais, além da atuação das Frentes Parlamentares.
Entrada na Política:	Em razão do trabalho nos sindicatos, especialmente na área de Educação, foi convidado pelo PSDB do Distrito Federal a se filiar ao partido.	Contato com eleitores:	Visita às cidades do DF para reuniões com segmentos diversos, associações comunitárias e com a população em geral. As sextas-feiras, sempre no período da tarde, recebe eleitores no gabinete. Participa de palestras em escolas e entidades de classe. Redes sociais.	Papel do Congresso Nacional na Formulação de Políticas Públicas	É cada dia mais limitado, em razão do advento e do uso indiscriminado do instrumento da Medida Provisória
Trajeto na Política	Deputado Distrital, Deputado Federal (suplente), Secretário de Ciência e Tecnologia em dois governos e deputado federal nas duas últimas legislaturas				
Viveu e exerceu profissão por mais de 10 anos:	Guará e plano piloto.	RAS consideradas decisivas para eleição.	Plano Piloto, Gama, Brazlândia, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Ceilândia, Guará, Samambaia, Santa Maria, Itapoã, Sobradinho II, SCIA	Áreas de políticas públicas em ordem de prioridade	1. Saúde ; 2. Educação ; 3. Segurança Pública; 4. Transporte ; 5. Meio Ambiente.
Posicionamento esquerda-direita:	6	Grupos que mais apoiaram a eleição	Católicos Empresários Evangélicos Forças Armadas/ Militares Funcionários Públicos burocratas Médicos/ profissionais da saúde Policiais Professores Estudantes universitários	Tipo de políticas públicas preferido	c) Distributivista
Escolaridade	Superior (Contabilidade)				
Grupos que dá mais suporte:	Agropecuária, católicos, empresários, evangélicos, forças armadas/militares, funcionários públicos, Médicos/ profissionais da saúde; Policiais; Professores; Estudantes				

Tabela 4.1. - Dep. Izalci - Tabela-Resumo – Perfil do Deputado, Perfil do Eleitor e Visão Sobre Políticas Públicas.

Tabela Resumo - Projetos de Lei apresentados - Dep. Izalci														
Nível de Agregação					Efeito				Assunto					
Individual	Local	Regional	Setorial	Nacional	Benéfica	Onerante	Misto	Neutro	1.1. Social – Saúde	1.2. Social – Educação	1.3. Social – Segurança Pública	1.4. Social - Trabalho e Previdência	1.5. Social - Outros	2. Administrativa
14%	14%	0%	0%	71%	57%	29%	0%	14%	14%	43%	0%	0%	14%	14%
Assunto								Tipo de bem produzido		Critério de alocação		Tipo de estratégia de formulação de políticas públicas		
3. Econômica	9. Tributária	4. Honorífica	5. Orçamento	6. Política	7. Cultural - Científica Tecnológica	8. Ecológica	Público	Privado	Político-Partidário	Universalista	Distributivista	Clientelista	Focalizado	Universalista
0%	0%	14%	0%	0%	0%	0%	100%	0%	29%	71%	29%	0%	0%	71%
Total de Projetos apresentados:					7									

Tabela 4.2. - Dep. Izalci - Tabela-Resumo –Projetos de Lei Apresentados

Tabela Resumo - Emendas Parlamentares - Dep. Izalci														
Nível de Agregação					Efeito				Assunto					
Individual	Local	Regional	Setorial	Nacional	Benéfica	Onerante	Misto	Neutro	1.1. Social – Saúde	1.2. Social – Educação	1.3. Social – Segurança Pública	1.4. Social - Trabalho e Previdência	1.5. Social - Outros	2. Administrativa
0%	70%	0%	0%	30%	100%	0%	0%	0%	15%	10%	25%	0%	15%	0%
Assunto								Tipo de bem produzido		Critério de alocação		Tipo de estratégia de formulação de políticas públicas		
3. Econômica	9. Tributária	4. Honorífica	5. Orçamento	6. Política	7. Cultural - Científica Tecnológica	8. Ecológica	Público	Privado	Político-Partidário	Universalista	Distributivista	Clientelista	Focalizado	Universalista
0%	0%	0%	0%	10%	25%	0%	0%	100%	15%	30%	0%	70%	30%	0%
Total de Emendas apresentadas:					23									

Tabela 4.3. - Dep. Izalci - Tabela-Resumo – Emendas Parlamentares Apresentadas

Tabela 5.3. – Emendas Parlamentares – Dep. Izalci

4.5. Laerte Bessa

O Deputado Federal Laerte Bessa (PR/DF) tem como característica mais marcante sua proximidade com o segmento policial, uma vez que por 30 anos foi Delegado da Polícia Civil do DF. Quanto à ideologia, considera-se extrema-direita (nota 09 na gradação esquerda-direita de 1 a 10). Os únicos mandatos eletivos que acumula são de Dep. Federal (2006 e 2014). Declara apoiar os policiais, forças armadas/militares, funcionários públicos, empresários e agropecuária.

O Deputado caracteriza seus eleitores como de classe média ou baixa que tem como prioridade a preocupação com a Segurança Pública, além do apoio bastante relevante da categoria policial.

No que se refere à elaboração de políticas públicas O Dep. Laerte Bessa acredita que seu papel é propor políticas públicas de interesse público e colaborar com os debates na casa, sobretudo nas audiências públicas.

Os projetos de lei apresentados são majoritariamente de nível de agregação nacional (70%), efeito misto (67%) e extremamente concentrados no assunto segurança pública (96%). É demonstrada uma inclinação para a adoção de estratégias distributivistas (63%) de formulação de políticas públicas, além de uma parcela clientelista considerável (30%).

As emendas parlamentares visaram alocar recursos a temas sociais diversos (Social – outros: 60%) e de forma similar ao Dep. Izalci Lucas, a maioria das emendas se classificaram como de estratégia clientelista de formulação de políticas públicas (70%) enquanto o restante classifica-se como focalizada (30%).

Perfil do candidato		Perfil do eleitor		Visão sobre Políticas Públicas	
Vida pregressa:	Delegado da Polícia Civil do DF por 30 anos, acumulando o cargo de Diretor da Polícia Civil por 8 anos	Como caracteriza seus eleitores:	Classe média e baixa que se preocupam com mais segurança e justiça. A categoria policial.	Papel individual na formulação de políticas públicas	Elaboração de projetos de interesse público e participação em audiências públicas.
Entrada na Política:	Por incentivo do ex-governador Joaquim Roriz em 2006 se candidatou e foi eleito Dep. Federal. Sua intenção inicial era fortalecer as polícias, demais forças de segurança e a juventude.	Contato com eleitores:	Semanal, encontro com autoridades e visita a cidades satélites. Recebimento frequente de policiais no Gabinete.	Papel do Congresso Nacional na Formulação de Políticas Públicas	Não respondeu.
Trajatória na Política	Dois mandatos de Deputado Federal (2006 e 2014)				
Viveu e exerceu profissão por mais de 10 anos:	Guará e Sobradinho.	RAS consideradas decisivas para eleição.	Sobradinho; Samambaia; Santa Maria; Águas Claras; Fercal.	Áreas de políticas públicas em ordem de prioridade	1. Segurança Pública; 2. Saúde; 3. Educação.
Posicionamento esquerda-direita:	9	Grupos que mais apoiaram a eleição	Empresários; Forças Armadas/Militares; Policiais.	Tipo de políticas públicas preferido	d) Universalista.
Escolaridade	Superior (Direito)				
Grupos que dá mais suporte:	Agropecuária; Empresários; Forças Armadas/Militares; Funcionários Públicos; Policiais.				

Tabela 5.1. - Dep. Laerte Bessa - Tabela-Resumo – Perfil do Deputado, Perfil do Eleitor e Visão Sobre Políticas Públicas.

Tabela Resumo - Projetos de Lei apresentados - Dep. Laerte Bessa															
Nível de Agregação					Efeito				Assunto						
Individual	Local	Regional	Setorial	Nacional	Benéfica	Onerante	Misto	Neuro	1.1. Social – Saúde	1.2. Social – Educação	1.3. Social – Segurança Pública	1.4. Social - Trabalho e Previdência	1.5. Social - Outros	2. Administrativa	
0%	4%	0%	26%	70%	22%	11%	67%	0%	0%	0%	96%	0%	0%	0%	
Assunto								Tipo de bem produzido	Critério de alocação		Tipo de estratégia de formulação de políticas públicas				
3. Econômica	9. Tributária	4. Honorífica	5. Orçame	6. Política	7. Cultural - Científica - Tecnológica	8. Ecológica	Público	Privado	Político-Partidário	Universalista	Distributivista	Clientelista	Focalizado	Universalista	
0%	0%	0%	0%	4%	0%	0%	70%	30%	93%	7%	63%	30%	0%	7%	
Total de Projetos apresentados:					27										

Tabela 5.2. - Dep. Laerte Bessa - Tabela-Resumo –Projetos de Lei Apresentados

Tabela Resumo - Emendas Parlamentares - Dep. Laerte Bessa														
Nível de Agregação					Efeito				Assunto					
Individual	Local	Regional	Setorial	Nacional	Benéfica	Onerante	Misto	Neutro	1.1. Social – Saúde	1.2. Social – Educação	1.3. Social – Segurança Pública	1.4. Social - Trabalho e Previdência	1.5. Social - Outros	2. Administrativa
0%	70%	30%	0%	0%	100%	0%	0%	0%	30%	0%	10%	0%	60%	0%
Assunto					Tipo de bem produzido		Critério de alocação		Tipo de estratégia de formulação de políticas públicas					
3. Econômica	9. Tributária	4. Honorífica	5. Orçamentária	6. Política	7. Cultural - Científica - Tecnológica	8. Ecológica	Público	Privado	Político-Partidário	Universalista	Distributivista	Clientelista	Focalizado	Universalista
0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	70%	30%	0%	70%	30%	0%
Total de Emendas apresentadas:					10									

Tabela 5.3. - Dep. Laerte Bessa - Tabela-Resumo –Emendas Parlamentares Apresentadas**4.6. Rogério Rosso**

O Deputado Rogério Rosso (PSD/DF) fez carreira na iniciativa privada antes de ser homem público. Participou da administração do Governo do Distrito Federal (GDF) no âmbito do Executivo ao ocupar os cargos de Secretário de Desenvolvimento Econômico (2003) e Administrador da Ceilândia (2004), maior cidade do DF. Em 2010 foi eleito indiretamente Governador do DF, em 2014 foi eleito diretamente Deputado Federal, e mais recentemente em 2016, foi escolhido como Presidente da Comissão destinada a dar parecer sobre a denúncia por crime de responsabilidade da Presidente da República, episódio no qual ganhou visibilidade nacional. Segundo suas fontes de informação oficiais, suas áreas de políticas públicas prioritárias são: mobilidade urbana, saúde, segurança pública e segurança pública.

Os Projetos de Lei apresentados são em sua maioria de nível Nacional (69%) e em menor proporção, de nível setorial (20%). Os efeitos que se procura produzir são predominantemente Mistos (66%). Não há um assunto predominante, ficando a maior parte a cargo da categoria “Social – Outros” (29%) seguida da “Econômica” (14%). A estratégia predominante é Distributivista (46%), não muito mais acentuada que a Universalista (31%), havendo forte oferta de bens públicos (80%).

As emendas parlamentares são em sua grande maioria locais (75%), por consequência da aplicação da tipologia, as estratégias empregadas são Clientelista (75%) e Focalizada (25%). A área com maior destinação é a Saúde (31%) e a segunda maior é a Educação (19%).

Perfil do candidato		Perfil do eleitor		Visão sobre Políticas Públicas	
Vida pregressa:	Iniciativa privada: Caterpillar Inc., Mercedes-Benz, Diretor da Fiat em Brasília.	Como caracteriza seus eleitores:		Papel individual na formulação de políticas públicas	
Entrada na Política:		Contato com eleitores:		Papel do Congresso Nacional na Formulação de Políticas Públicas	
Trajeto na Política	Secretário de Desenvolvimento Economico (2003). Administrador de Ceilândia (2004). Presidente da Codeplan (2007). Governador do DF (2010) eleito indiretamente. Deputado Federal (2014).				
Vive e exerceu profissão por mais de 10 anos:		RAS consideradas decisivas para eleição.		Áreas de políticas públicas em ordem de prioridade	Direitos da mulher, saúde, mobilidade urbana, segurança pública,
Posicionamento esquerda-direita:		Grupos que mais apoiaram a eleição		Tipo de políticas públicas preferido	
Escolaridade	Superior (Direito)				
Grupos que dá mais suporte:					

Tabela 6.1. - Dep. Rogério Rosso - Tabela-Resumo – Perfil do Deputado, Perfil do Eleitor e Visão Sobre Políticas Públicas.

Tabela Resumo - Projetos de Lei apresentados - Dep. Rogério Rosso															
Nível de Agregação					Efeito				Assunto						
Individual	Local	Regional	Setorial	Nacional	Benéfica	Onerante	Misto	Neutro	1.1. Social - Saúde	1.2. Social - Educação	1.3. Social - Segurança Pública	1.4. Social - Trabalho e Previdência	1.5. Social - Outros	2. Administrativa	
3%	6%	3%	20%	69%	17%	14%	66%	3%	11%	6%	6%	17%	29%	6%	
Assunto								Tipo de bem produzido	Critério de alocação		Tipo de estratégia de formulação de políticas públicas				
3. Econômica	9. Tributária	4. Honorífica	5. Orçame	6. Política	7. Cultural - Científica - Tecnológica	8. Ecológica	Público	Privado	Político-Partidário	Universalista	Distributivista	Clientelista	Focalizado	Universalista	
14%	3%	3%	0%	6%	0%	0%	80%	20%	54%	46%	46%	11%	9%	31%	
Total de Projetos apresentados:					35										

Tabela 6.2. - Dep. Rogério Rosso - Tabela-Resumo – Projetos de Lei Apresentados

Tabela Resumo - Emendas Parlamentares - Dep. Rogério Rosso														
Nível de Agregação					Efeito				Assunto					
Individual	Local	Regional	Setorial	Nacional	Benéfica	Onerante	Misto	Neutro	1.1. Social – Saúde	1.2. Social – Educação	1.3. Social – Segurança Pública	1.4. Social - Trabalho e Previdência	1.5. Social - Outros	2. Administrativa
0%	75%	19%	0%	6%	100%	0%	0%	0%	31%	19%	13%	0%	13%	0%
Assunto								Tipo de bem produzido	Critério de alocação		Tipo de estratégia de formulação de políticas públicas			
3. Econômica	9. Tributária	4. Honorífica	5. Orçamento	6. Política	7. Cultural - Científica - Tecnológica	8. Ecológica	Público	Privado	Político-Partidário	Universalista	Distributivista	Clientelista	Focalizado	Universalista
13%	0%	0%	0%	0%	13%	0%	0%	100%	75%	25%	0%	75%	25%	0%
Total de Emendas apresentadas:					16									

Tabela 6.3. - Dep. Rogério Rosso - Tabela-Resumo – Emendas Parlamentares Apresentadas

4.7. Ronaldo Fonseca

O Deputado Ronaldo Fonseca (PROS/DF) é Pastor Evangélico da Assembléia de Deus e advogado. Afirma ter a intenção de fazer dialogar religião e política e aproximar a finalidade de proteção à família, para isso criou o Conselho Político da Convenção Geral da Assembléia de Deus. Está em seu segundo mandato de Deputado Federal (2010, 2014), únicos cargos eletivos já assumidos. Assim como o Dep. Izalci, considera-se, quanto à ideologia, centro levemente inclinado para a direita (nota 06 na gradação esquerda-direita de 1 a 10).

Seu eleitor, segundo informado, não obedece a classificações socioeconômicas específicas de classe ou renda, e classificou-o somente como *politizado*. Os grupos que reconheceu como mais relevantes para sua eleição no atual mandato foram os evangélicos, católicos, forças de segurança (Policiais, Forças Armadas/Militares), funcionários públicos e médicos/profissionais da saúde.

Seu papel individual quanto à formulação de políticas públicas está em atender a grupos de pressão, propondo políticas públicas de qualidade para sanar os problemas demandados. O Congresso Nacional, por sua vez, deve ser a instância do debate popular, onde a voz do povo se faz ouvida.

Quanto à proposição de PLs (Projetos de Lei), o Deputado apresentou 9 no período analisado, consideravelmente abaixo da média apresentada pela bancada do DF, que é de 28. A maior parte teve nível de agregação nacional (56%), havendo parcela setorial também considerável (33%). Os assuntos tratados são bastante diversificados, não havendo predominância de nenhum. Da mesma forma, a estratégia de formulação de políticas públicas predominante também é inexistente, uma vez que há o distributivismo com leve predominância (33%) e as demais, clientelismo, focalização e universalismo, empatadas (22%).

Com números idênticos aos dos Dep. Laerte Bessa e Izalci, as emendas parlamentares apresentadas foram majoritariamente locais, ou seja, destinadas ao DF (70%), havendo de também de destinação nacional (30%), por consequência, a maioria das emendas se classificaram como de estratégia clientelista de formulação de políticas públicas (70%) enquanto o restante classifica-se como focalizada (30%).

Perfil do candidato		Perfil do eleitor		Visão sobre Políticas Públicas	
Vida pregressa:	Alfaiate; estudante de teologia no IBAD; pastor há 20 anos.	Como caracteriza seus eleitores:	O eleitor brasileiro é politizado.	Papel individual na formulação de políticas públicas	É um resultado da pressão parlamentar, precisa propor políticas públicas de qualidade.
Entrada na Política:	Afinidade entre os fins da igreja e os fins da política: suprir necessidades sociais. Intenção de defender a família. Política ensinou a dialogar.	Contato com eleitores:	Visita a cidades satélites; participação em eventos; canal aberto na internet.	Papel do Congresso Nacional na Formulação de Políticas Públicas	O Governo tem a caneta (Executivo), mas o Congresso tem a voz, deve ser o eco da voz do povo, além de legislar e fiscalizar.
Trajectoria na política	Fundou o Conselho Político da Convenção Geral das Assembléias de Deus - consientização política dos evangélicos. Dois mandatos de Deputado Federal (2010 e 2014)				
Viveu e exerceu profissão por mais de 10 anos:	Taguatinga (20 anos). Vive em águas claras.	RAS consideradas decisivas para eleição.	Gama; Taguatinga; Brazlândia; Paranoá; Ceilândia; Samambaia; Itapoã.	Áreas de políticas públicas em ordem de prioridade	1. Saúde; 2. Educação; 3. Segurança Pública; 4. Saneamento; 5. Educação.
Posicionamento esquerda-direita:	6	Grupos que mais apoiaram a eleição	Católicos; Evangélicos; Forças Armadas/ Militares; Funcionários Públicos; Médicos/ Profissionais de Saúde; Policiais.	Tipo de políticas públicas preferido	d) Universalista
Escolaridade	Superior (Advogado)				
Grupos que dá mais suporte na atuação parlamentar :	Católicos, Evangélicos, Forças Armadas/Militares, Funcionários públicos, Médicos/profissionais da saúde; Policiais, Professores.				

Tabela 7.1. - Dep. Ronaldo Fonseca - Tabela-Resumo – Perfil do Deputado, Perfil do Eleitor e Visão Sobre Políticas Públicas.

Tabela Resumo - Projetos de Lei apresentados - Dep. Ronaldo Fonseca														
Nível de Agregação					Efeito				Assunto					
Individual	Local	Regional	Setorial	Nacional	Benéfica	Onerante	Misto	Neutro	1.1. Social – Saúde	1.2. Social – Educação	1.3. Social – Segurança Pública	1.4. Social - Trabalho e Previdência	1.5. Social - Outros	2. Administrativa
0%	11%	0%	33%	56%	44%	33%	22%	0%	0%	0%	11%	0%	33%	0%
Assunto					Tipo de bem produzido		Critério de alocação		Tipo de estratégia de formulação de políticas públicas					
3. Econômica	9. Tributária	4. Honorific	5. Orçame	6. Política	7. Cultural - Científica - Tecnológica	8. Ecológica	Público	Privado	Político-Partidário	Universalista	Distributivista	Clientelista	Focalizado	Universalista
11%	11%	0%	0%	33%	0%	0%	56%	44%	56%	44%	37%	22%	22%	22%
Total de Projetos apresentados:					9									

Tabela 7.2. - Dep. Ronaldo Fonseca - Tabela-Resumo – Projetos de Lei Apresentados

Tabela Resumo - Emendas Parlamentares - Dep. Ronaldo Fonseca														
Nível de Agregação					Efeito				Assunto					
Individual	Local	Regional	Setorial	Nacional	Benéfica	Onerante	Misto	Neutro	1.1. Social – Saúde	1.2. Social – Educação	1.3. Social – Segurança Pública	1.4. Social - Trabalho e Previdência	1.5. Social - Outros	2. Administrativa
0%	70%	30%	0%	0%	100%	0%	0%	0%	30%	0%	10%	0%	60%	0%
Assunto					Tipo de bem produzido		Critério de alocação		Tipo de estratégia de formulação de políticas públicas					
3. Econômica	9. Tributária	4. Honorific	5. Orçame	6. Política	7. Cultural - Científica - Tecnológica	8. Ecológica	Público	Privado	Político-Partidário	Universalista	Distributivista	Clientelista	Focalizado	Universalista
0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	70%	30%	0%	70%	30%	0%
Total de Emendas apresentadas:					17									

Tabela 7.3. - Dep. Ronaldo Fonseca - Tabela-Resumo – Emendas Parlamentares Apresentadas

4.8. Rôney Nemer

O Deputado Federal Rôney Nemer (PP/DF) começou a se envolver com a política ao se tornar arquiteto do GDF, optando por seguir a carreira na vida pública por influência do político do PMDB Tadeu Flippelli. Candidatou-se e foi eleito por duas vezes Dep. Distrital (2006, 2010) e posteriormente Dep. Federal (2010). Quanto à ideologia, se considera de esquerda (nota 03 na gradação esquerda-direita de 1 a 10), porém, fez forte ressalva quanto à preservação dos valores cristãos, sobretudo da preservação da família. O Deputado afirmou que sua atuação parlamentar visa proteger os funcionários públicos e os empresários, especialmente os de pequeno porte, além de tudo aquilo que diga respeito à preservação da família.

Declarou seus eleitores são *amigos*, não havendo recortes socioeconômicos possíveis. Os grupos mais preponderantes são, segundo o Deputado, os católicos, evangélicos, pequenos empresários e, como voltou a ressaltar, os amigos.

Para o Deputado, seu papel individual na formulação de políticas públicas consiste no fortalecimento da instituição “família”, já o papel do Congresso Nacional, é de ser uma “Torre de Babel”, promovendo o debate plural entre os brasileiros e toda sua diversidade.

Quanto à proposição de Projetos de Lei, a grande maioria apresentou nível de agregação Nacional (67%), efeito benéfico (44%) e assunto *Social – Saúde* (44%). As estratégias de formulação de políticas públicas foram muito bem empregadas, não havendo como identificar uma estratégia predominante: Universalista (33%), Focalizada (33%), Clientelista (22%) e Distributivista (11%).

As emendas parlamentares são, mormente de nível de agregação local, ou seja, destinadas ao DF (94%), sendo uma pequena parcela Nacional (6%). Este fato se reflete na classificação das estratégias de políticas públicas empregadas: Clientelista (94%) e Focalizada (6%).

Perfil do candidato		Perfil do eleitor		Visão sobre Políticas Públicas	
Vida pregressa:	Jogador de vôlei; Gritador de feira; Concursado do Ministério da Agricultura; Novacap; ambulante; Arquiteto do GDF	Como caracteriza seus eleitores:	Amigos, sem caracterização socio-econômica.	Papel individual na formulação de políticas públicas	Fortalecimento da instituição "família".
Entrada na Política:	Influência do Político Tadeu Felipe.	Contato com eleitores:	Diário: visita ao gabinete, ligações, visita às cidades, recebe em casa.	Papel do Congresso Nacional na Formulação de Políticas Públicas	É a "torre de babel", o lócus necessário de discussão e debate plural deste país de proporções continentais.
Trajetória na Política	Duas vezes Dep. Estadual (2006 e 2010). Dep. Federal (2014).				
Viveu e exerceu profissão por mais de 10 anos:	Recanto das Emas	RAS consideradas decisivas para eleição.	Recanto das Emas, Samambaia, Lago Sul, Lago Norte. Bem desconcentrado.	Áreas de políticas públicas em ordem de prioridade	1. Saúde; 2. Educação; 3. Segurança Pública
Posicionamento esquerda-direita:	3	Grupos que mais apoiaram a eleição	Católicos; Evangélicos; pequenos empresários; *amigos	Tipo de políticas públicas preferido	d) Universalismo
Escolaridade	Superior (Arquiteto)				
Grupos que dá mais suporte na atuação parlamentar:	Funcionários Públicos burocráticos; empresários (pequenos)				

Tabela 8.1. - Dep. Ronaldo Fonseca - Tabela-Resumo – Perfil do Deputado, Perfil do Eleitor e Visão Sobre Políticas Públicas.

Tabela Resumo - Projetos de Lei apresentados - Dep. Rôney Nemer															
Nível de Agregação					Efeito				Assunto						
Individual	Local	Regional	Setorial	Nacional	Benéfica	Onerante	Misto	Neutro	1.1. Social – Saúde	1.2. Social – Educação	1.3. Social – Segurança Pública	1.4. Social - Trabalho e Previdência	1.5. Social - Outros	2. Administrativa	
0%	11%	0%	22%	67%	44%	33%	22%	0%	44%	11%	0%	0%	11%	0%	
Assunto								Tipo de bem produzido		Critério de alocação		Tipo de estratégia de formulação de políticas públicas			
3. Econômica	9. Tributária	4. Honorífica	5. Orçame	6. Política	7. Cultural - Científica - Tecnológica	8. Ecológica	Público	Privado	Político-Partidário	Universalista	Distributivista	Clientelista	Focalizado	Universalista	
0%	11%	0%	0%	11%	11%	0%	56%	44%	33%	67%	11%	22%	33%	33%	
Total de Projetos apresentados:														9	

Tabela 8.2. - Dep. Ronaldo Fonseca - Tabela-Resumo – Projetos de Lei Apresentados

Tabela Resumo - Emendas Parlamentares - Dep. Rôney Nemer															
Nível de Agregação					Efeito				Assunto						
Individual	Local	Regional	Setorial	Nacional	Benéfica	Onerante	Misto	Neutro	1.1. Social – Saúde	1.2. Social – Educação	1.3. Social – Segurança Pública	1.4. Social - Trabalho e Previdência	1.5. Social - Outros	2. Administrativa	
0%	94%	0%	0%	6%	0%	0%	0%	0%	17%	6%	11%	0%	28%	0%	
Assunto								Tipo de bem produzido		Critério de alocação		Tipo de estratégia de formulação de políticas públicas			
3. Econômica	9. Tributária	4. Honorífica	5. Orçame	6. Política	7. Cultural - Científica - Tecnológica	8. Ecológica	Público	Privado	Político-Partidário	Universalista	Distributivista	Clientelista	Focalizado	Universalista	
22%	0%	0%	0%	6%	11%	0%	0%	100%	89%	11%	0%	94%	6%	0%	
Total de Emendas apresentadas:														18	

Tabela 8.3. - Dep. Ronaldo Fonseca - Tabela-Resumo – Emendas Parlamentares Apresentadas

5. DIAGNÓSTICO

Depois de expostos os resultados obtidos pela pesquisa, faz-se necessário organizá-los e enfim interpretá-los visando responder a pergunta de pesquisa do presente trabalho: É possível discernir na bancada do Distrito Federal do Congresso Nacional diferentes estratégias de comportamento parlamentar quanto à formulação de políticas públicas?

Para tal, serão cumpridos cinco passos. Os quatro primeiros intencionam fornecer uma visão mais clara acerca de como se comportam os Deputados em estudo, e o último passo, finalmente, visa identificar possíveis padrões de comportamento legislativo existentes na bancada do DF na Câmara no que se refere às estratégias de formulação de políticas públicas.

5.1. Destaques quanto aos comportamentos individuais dos Deputados

As tabelas abaixo declaram quais os Deputados que proporcionalmente apresentaram mais projetos de Lei (Tabela) e mais Emendas Parlamentares (Tabela) . Optou-se por usar como unidade de comparação os números percentuais ao invés dos números absolutos, pois, como o que se pretende pesquisar neste trabalho são as diferentes estratégias de formulação de políticas públicas, o peso que cada parlamentar dá a cada critério se faz mais útil do que seus números absolutos.

Tabela Resumo - Projetos de Lei apresentados - Destaques															
Nível de Agregação					Efeito				Assunto						
Individual	Local	Regional	Setorial	Nacional	Benéfica	Onerante	Misto	Neutro	1.1. Social – Saúde	1.2. Social – Educação	1.3. Social – Segurança Pública	1.4. Social – Trabalho e Previdência	1.5. Social – Outros	2. Administrativa	
Izalci (14%)	Fraga (19%)	Rosso (3%)	Fraga (40%)	Izalci (71%)	Fraga (60%)	R. Fonseca e R. Nemer (33%)	Bessa (67%)	Izalci (14%)	R. Nemer (44%)	Izalci (43%)	Bessa (96%)	A. Carvalho (32%)	E. Kokay (57%)	Izalci (14%)	
Assunto								Tipo de bem produzido	Critério de alocação		Tipo de estratégia de formulação de políticas públicas				
3. Econômica	9. Tributária	4. Honorífica	5. Orçamentária	6. Política	7. Cultural - Científica - Tecnológica	8. Ecológica		Público	Privado	Político-Partidário	Universalista	Distributivista	Clientelista	Focalizado	Universalista
Rosso (14%)	Kokay (14%)	Izalci (14%)	Fraga (2%)	R. Fonseca (33%)	R. Nemer (11%)	A. Carvalho (19%)	Izalci (100%)	Fraga e Nemer (56%)	Bessa (93%)	Izalci (71%)	Bessa (63%)	Bessa (30%)	Nemer (33%)	Izalci (71%)	
Total de Projetos apresentados:				224											

Tabela 9 – Destaques quanto à classificação dos Projetos de Lei

Tabela Resumo - Emendas Parlamentares - Destaques														
Nível de Agregação					Efeito				Assunto					
Individual	Local	Regional	Setorial	Nacional	Benéfica	Onerante	Misto	Neutro	1.1. Social – Saúde	1.2. Social – Educação	1.3. Social – Segurança Pública	1.4. Social - Trabalho e Previdência	1.5. Social - Outros	2. Administrativa
Não há	E. Kokay (100%) 1	Bessa e R. Fonseca	Não há	Izalci (30%)	todos 100%	Não há	Não há	Não há	E. Kokay (39%) 2	A. Carvalho	Fraga (27%)	Não há	Bessa e R. Fonseca	Não há
Assunto							Tipo de bem produzido		Critério de alocação		Tipo de estratégia de formulação de políticas públicas			
3. Econômica	9. Tributaria	4. Honorária	5. Orçamentária	6. Política	7. Cultural - Científica-Tecnológica	8. Ecológica	Público	Privado	Político-Partidário	Universalista	Distributivista	Clientelista	Focalizado	Universalista
Nemer (22%)	Não há	Não há	Não há	Izalci (10%)	Izalci (25%)	Não há	Não há	todos 100%	E. Kokay (100%)	Izalci, Bessa, R. Fonseca (30%)	Não há	E. Kokay (100%)	Izalci, Bessa, R. Fonseca (30%)	Não há
Total de Emendas apresentadas:				134										

Tabela 10 – Destaques quanto à classificação das emendas parlamentares

O Dep. Alberto Fraga foi simultaneamente o Deputado que mais apresentou Projetos em nível Local e Setorial, sendo que o primeiro corresponde ao Distrito Federal e o segundo às Forças de Segurança Pública. Além disso, é o Deputado que mais apresentou Projetos de efeito benéficos, que visam criar benefícios a indivíduos. Desta maneira, evidencia-se que parte considerável dos Projetos apresentados destinam-se às Forças de Segurança do Distrito Federal e visam conceder benefícios a este grupo. Indo ao encontro desta constatação, o Dep. Fraga foi também o que destinou a maior parcela das Emendas Orçamentárias para a Segurança Pública, sendo que quase todas as apresentadas (93%) se destinaram ao DF e suas Regiões Administrativas. Fraga foi também o único parlamentar que apresentou Projeto na área orçamentária.

O Dep. Augusto Carvalho se destacou ao ser o parlamentar que mais apresentou projetos que tratam do assunto “ecologia”, ligado diretamente a uma de suas maiores bandeiras, a preservação do meio-ambiente e sustentabilidade. Além disso, Carvalho foi também o Deputado que mais propôs Projetos na área trabalhista, e no que se refere às emendas, foi o que destinou o maior número das que lhe cabia à Educação.

A Dep. Erika Kokay apresentou o maior número de Projetos na categoria “Social-Outros”, o que faz sentido uma vez que suas bandeiras são voltadas à conquista e manutenção dos direitos sociais de minorias, incluídas nesta categoria. Erika também foi a Deputada que apresentou mais projetos que tratam de Tributação. Quanto à formulação das Emendas, todas foram destinadas ao DF e suas RAs, ou seja, são nível local. Em consequência, a Deputada foi a que apresentou estratégia de formulação clientelista mais acentuada (de 100%) quanto às emendas.

O Dep. Izalci foi quem apresentou o maior número de destaques. Foi simultaneamente o que apresentou mais Projetos de nível de agregação individual e nacional; que produzem efeitos neutros; que tratam de Educação, o que condiz com sua declaração na entrevista ao dizer que a segunda área de políticas públicas mais importante é a educação, além dos Assuntos Administrativo e Honorífico. Izalci foi ainda quem apresentou estratégia universalista para formulação de Projetos de Lei mais acentuada. Indo ao encontro do comportamento demonstrado nos PLs, as emendas apresentadas também são as que mais se ocupam do nível Nacional, além dos assuntos política e cultural-científico-tecnológico, o que concorda com seu posto de presidente da Frente Parlamentar da Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara e seu antigo posto de Secretário de Ciência e Tecnologia do GDF.

O Dep. Laerte Bessa é Deputado que mais propôs projetos de lei que visam gerar benefícios mistos, estes projetos normalmente são “regulamentares” ou seja, visam estabelecer direitos e deveres, ônus e bônus, a partes interessadas e envolvidas em uma situação que ainda não tem previsão jurídica pacificada. Bessa também é o parlamentar que propôs mais Projetos na área de Segurança Pública (96%). É também quem fez mais uso do critério de alocação político-partidário e das estratégias Clientelista e também Distributivista. Desta maneira, pode-se enxergar o Deputado Laerte Bessa como um formulador de políticas públicas voltadas quase exclusivamente para a Segurança Pública a fim alterar principalmente a parte jurídica, fazendo uso de estratégias Distributivista e Clientelista. Quanto às emendas parlamentares, foi o apresentou mais no Assunto Social – Outros e no nível Regional (juntamente com o Dep. Ronaldo Fonseca), além de estratégia focalizada (juntamente com o Dep. Ronaldo Fonseca e Izalci).

O Dep. Rogério Rosso destaca-se pouco quanto à formulação de Projetos de Lei, sendo o parlamentar que propôs mais Projetos na área Econômica e o único a propor em nível Regional de agregação. Este fato reforça o estigma generalista do Deputado Rogério Rosso,

que ao contrário de Deputados como Laerte Bessa, Alberto Fraga ou Augusto Carvalho, não possui identificação direta com um grupo específico nem tem atuação parlamentar limitada a uma área ou a um pequeno universo, mas distribui suas proposições em vários assuntos distintos, em diferentes níveis e propondo distintos efeitos. Não houve nenhum destaque quanto à proposição de emendas parlamentares.

O Dep. Ronaldo Fonseca foi quem propôs mais projetos que visam produzir efeitos onerantes e tratar do tema “Política”. Desta forma, verifica-se que foram propostos projetos que visam criar novas regras à política criando novos ônus, o que faz sentido se considerarmos que na entrevista o Dep. Ronaldo disse que sua missão é aproximar Religião e Política. Quanto às emendas parlamentares, foi, em conjunto, o que apresentou mais emendas de nível regional, de assunto que se enquadra na categoria “Social – Outros” e de estratégia de formulação de políticas públicas focalizada.

O Dep. Rôney Nemer, por fim, no tocante à formulação de Projetos de Lei, é, juntamente com o Dep. Ronaldo Fonseca, o que mais apresentou projetos que visam produzir efeitos onerantes. Também propôs maior número para a Saúde e para a categoria Cultural-Científica-Tecnológica, além de ser o Deputado do DF que mais fez uso da estratégia de focalização. Quanto às emendas parlamentares o único destaque consiste em ser o Deputado que mais apresentou para a área Econômica.

5.2. Comportamento enquanto bancada do Distrito Federal na Câmara dos Deputados – características gerais

Pode-se afirmar, a partir dos dados de perfil apresentados, que a bancada do Distrito Federal é heterogênea no que se refere aos perfis dos parlamentares que a compõem. Há, compondo o mesmo grupo: Delegado de Polícia, Pastor Evangélico, Coronel, Ex-Presidente da CUT, empresário-musicista, Sociólogo, Arquiteto e um Educador. Já foi visto que quanto aos comportamentos legislativos individuais e características pessoais, estes possuem diferenças e semelhanças, agora, faz-se necessário entender como esta bancada se comporta como o corpo parlamentar que representa os quase três milhões de brasilienses que residem no Distrito Federal.

Primeiramente, serão analisadas as características gerais desta bancada quanto ao comportamento legislativo, tratando das três esferas abarcadas por este trabalho: os projetos

de lei, as emendas parlamentares e as políticas públicas. Esta última, vale ressaltar, é considerada como a soma das duas primeiras, ou seja, é uma amostra representativa das políticas públicas que o parlamentar propõe em suas atividades parlamentares.

O primeiro aspecto a ser considerado é o nível de agregação. Quando se refere à proposição de Projetos de Lei, a bancada tende a priorizar os de abrangência Nacional. Foram 123 Projetos de Lei apresentados neste nível, o que correspondeu a 55% do total.

Por outro lado, quando se considera as emendas parlamentares propostas, o número das que possuem abrangência Nacional cai para 10, o que corresponde a apenas 7% do total apresentado. Neste tipo de proposição há uma clara predileção pelo nível Local, pois, como já referido, as emendas parlamentares são ainda uns dos últimos instrumentos de clientelismo à disposição do parlamentar para muitos autores. Por esta razão, foram apresentadas 117 emendas locais, o que equivale a 87% do total apresentado.

Deste modo, quando se analisa a esfera das políticas públicas, considerada aqui como amostra representativa composta por estes dois tipos de políticas públicas (emendas parlamentares e projetos de lei), o resultado que se obtém é uma ligeira prevalência das políticas públicas locais (40%) sobre as nacionais (37%). Isso é devido principalmente pelo considerável número de projetos de lei de nível local. O Deputado Alberto Fraga apresentou sozinho 18 Projetos de Lei deste tipo.

Em resumo: a bancada apresenta Projetos de Lei majoritariamente de nível nacional, emendas parlamentares de nível local, e políticas públicas com breve prevalência das locais sobre as nacionais.

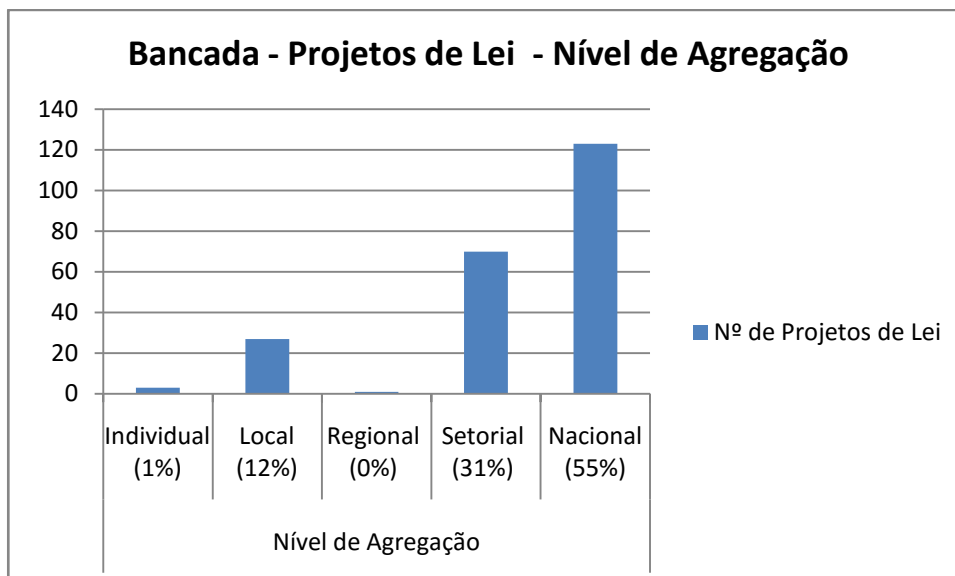


Gráfico 01

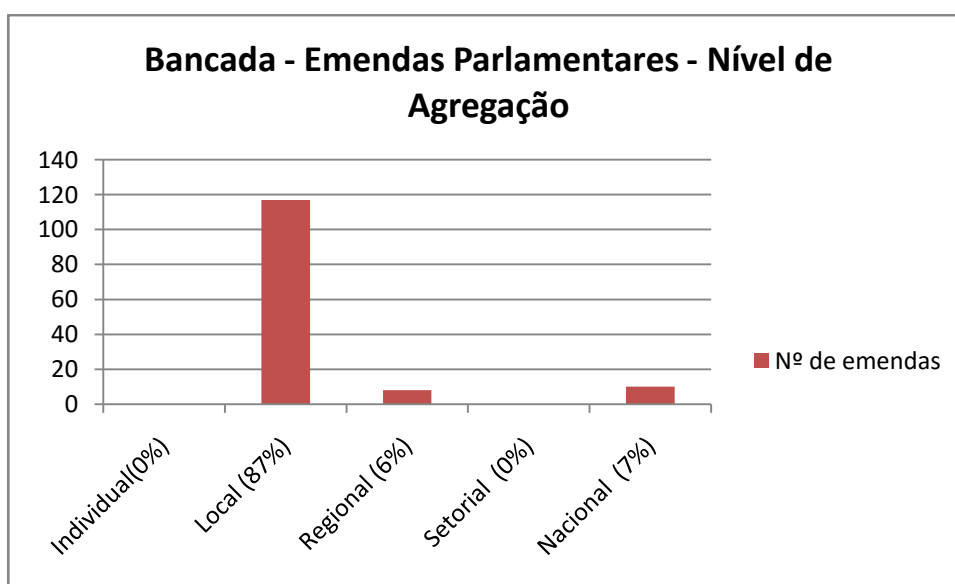


Gráfico 2

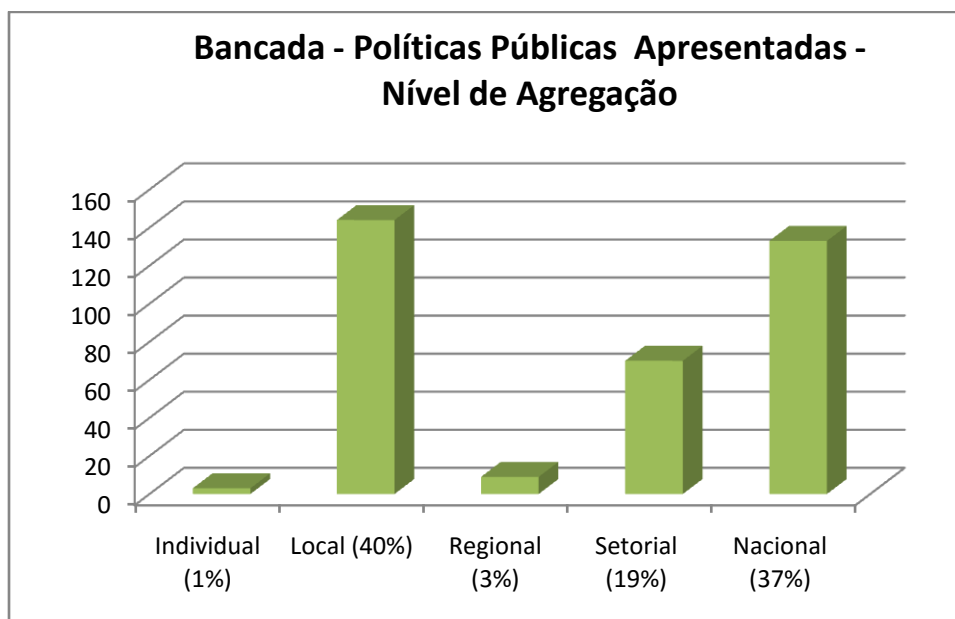


Gráfico 03

O segundo aspecto a ser considerado são os efeitos que as proposições de políticas públicas visam produzir.

Os projetos de lei que a bancada do DF propõe são em sua maioria produtores de efeitos benéficos, ou seja, destinam benefícios claros para algum indivíduo ou grupo. Foram apresentados 100 Projetos deste tipo, ou seja, 45% do total. Os projetos que visam produzir efeitos mistos, normalmente ao regulamentar matérias ainda obscuras, impondo direitos e deveres às partes envolvidas, não ficam a grande distância, totalizando 37% dos PLs apresentados (ou 83).

As emendas parlamentares, por sua natureza, como já elucidado anteriormente, são sempre benéficas. Logo, 100% das 135 emendas visam produzir efeitos benéficos, pois essa característica é intrínseca ao tipo de política pública da emenda parlamentar.

Quando se analisa o somatório das duas modalidades de políticas públicas verifica-se que a grande maioria das apresentadas pela bancada são do tipo benéfica, 235 de 359, o que equivale a 65%.

Em síntese, a bancada tende a propor Projetos de Lei de nível Nacional e emendas parlamentares de nível Local. Em virtude do grande número de emendas locais, no âmbito das políticas públicas, há quase um equilíbrio entre os dois níveis, havendo pequena prevalência do Local sobre o Nacional.

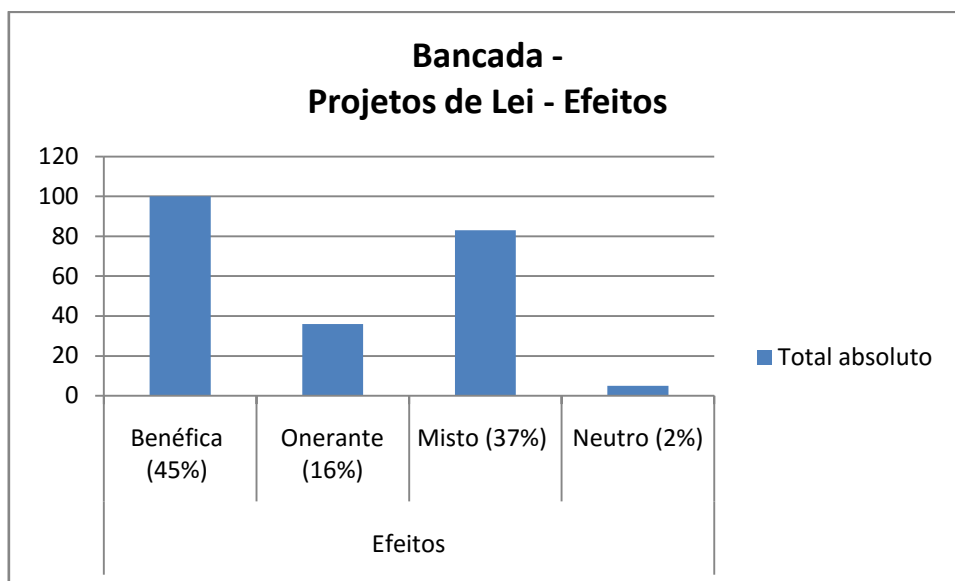


Gráfico 04

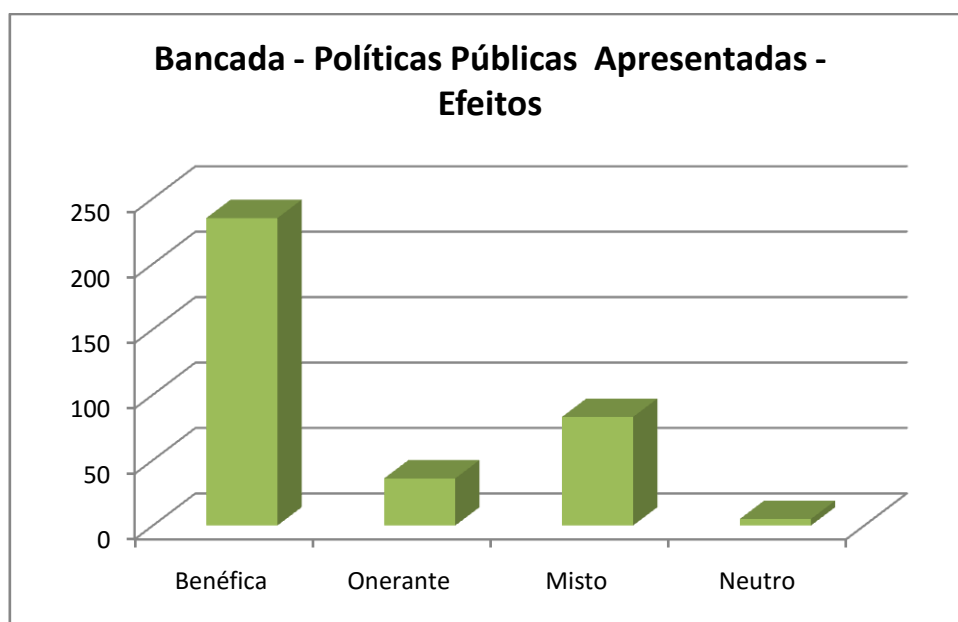


Gráfico 05

O terceiro e último aspecto a ser analisado sobre a bancada de Deputados Federais do DF na Câmara é, quanto às características, a categoria dos assuntos das proposições legislativas.

Neste quesito, a bancada apresenta preponderantemente projetos de lei voltados para Segurança Pública. São 84 Projetos de Lei, 38% do total, com considerável distância para o

segundo colocado, a categoria “Social – Outros”, que abarca 19% dos Projetos propostos, 49 no total.

As Emendas Parlamentares retratam uma realidade diferente. O assunto com maior destinação é a Saúde, com 39 Emendas, o que significa 29% das apresentadas. Vale ressaltar que este valor muito provavelmente está relacionado à já mencionada Emenda Constitucional 86, que prevê o orçamento impositivo. Esta Emenda à Constituição além de obrigar que o Executivo execute as Emendas aprovadas no Congresso, prevê que metade dos recursos sejam destinados à Saúde. Por este motivo, os parlamentares devem apresentar um número maior de emendas à Saúde, uma vez que tem ciência de que metade dos recursos serão destinados a esta área.

Quando se analisa, enfim, as políticas públicas apresentadas pela bancada quanto aos assuntos de maior interesse, prevalece, assim como no grupo de Projetos de Lei, o assunto Segurança Pública. Há 101 políticas públicas propostas neste sentido pela bancada, o que equivale a 28% do todo. Este resultado expressivo se dá pelo fato de dois membros da bancada serem ligados à área, e mais do que isso, terem atuação especialista. Como já enfatizado, o Dep. Laerte Bessa é Delegado da Polícia Civil aposentado e Alberto Fraga é Coronel da Reserva da Polícia Militar. Ambos os Deputados Federais têm fortes vínculos com as antigas profissões, sobretudo vínculos eleitorais, e, somado a isto, os dois têm atuação especialista, ou seja, tratam apenas de um assunto específico ou de um nicho reduzido, em oposição aos Deputados generalistas, que tratam de vários assuntos diferentes, como é o caso do Dep. Rogério Rosso.

Somado a isto, há o fato de que o Deputado Alberto Fraga, como já mencionado, é o maior proponente de políticas públicas da bancada do DF e um dos maiores da Câmara, sendo ele sozinho responsável por propor 88 das 101 políticas públicas que tratam do tema.

Em segundo lugar, ficam as políticas públicas que se enquadram na categoria “Social – outros“. Nesta categoria estão todos os direitos sociais não destacados pelas outras categorias, sendo que os mais comuns são mobilidade urbana, infraestrutura e direito das minorias. Esta categoria contrasta com a categoria Segurança Pública, tipicamente defendida pela Direita, pois são proposições características da Centro-Esquerda e Esquerda. As 42 políticas públicas propostas pela bancada neste sentido, representadas sobretudo pela Deputada Erika Kokay e pelo Dep. Augusto Carvalho, evidenciam este aspecto.

Em síntese, as políticas públicas apresentadas pela bancada são destinadas à Segurança Pública, todavia, há parcela considerável para a categoria “Social – Outros”, o que evidencia uma convivência de formulações de políticas públicas da Direita e da Esquerda, formando a mesma bancada parlamentar.

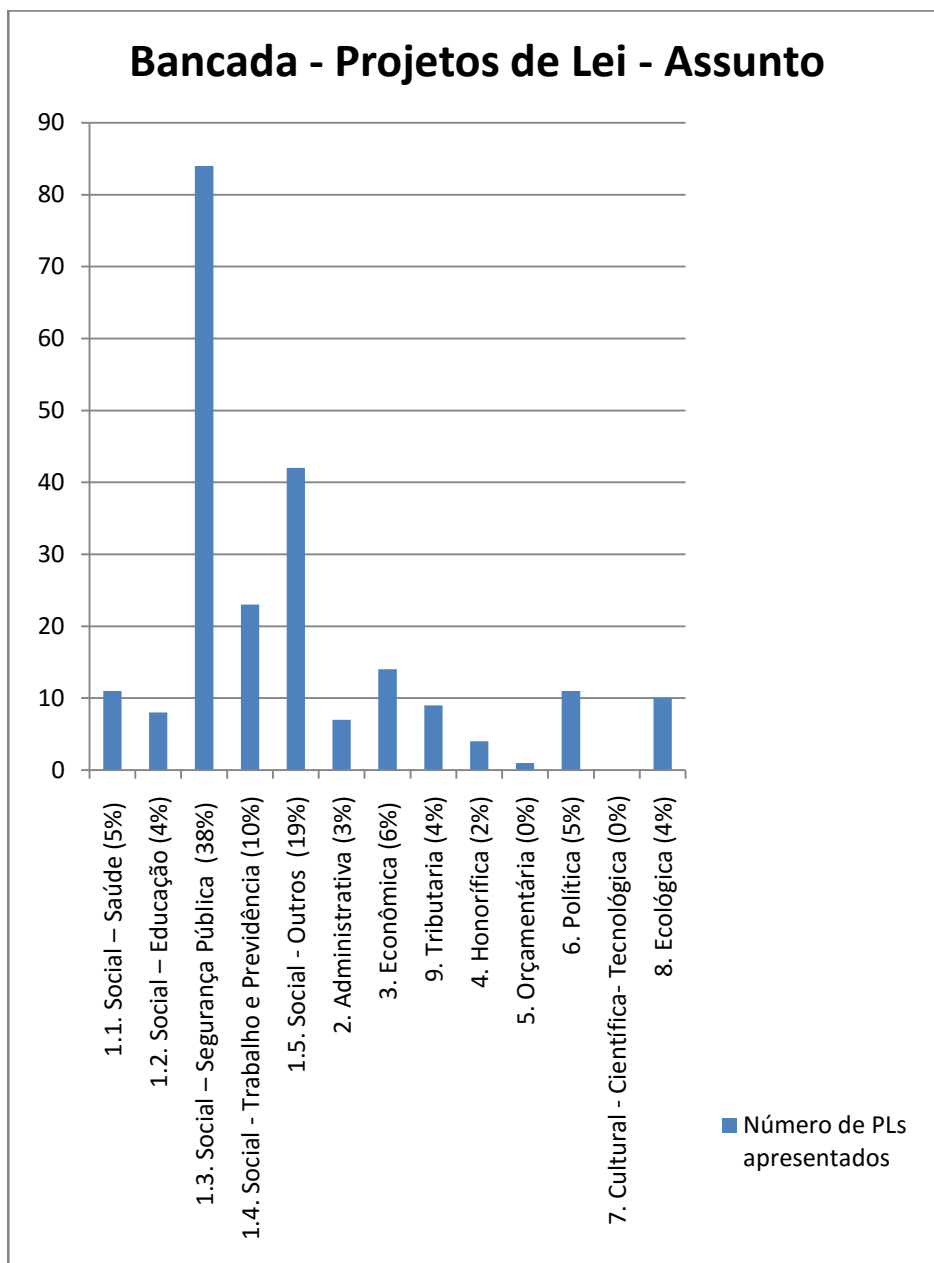


Gráfico 06

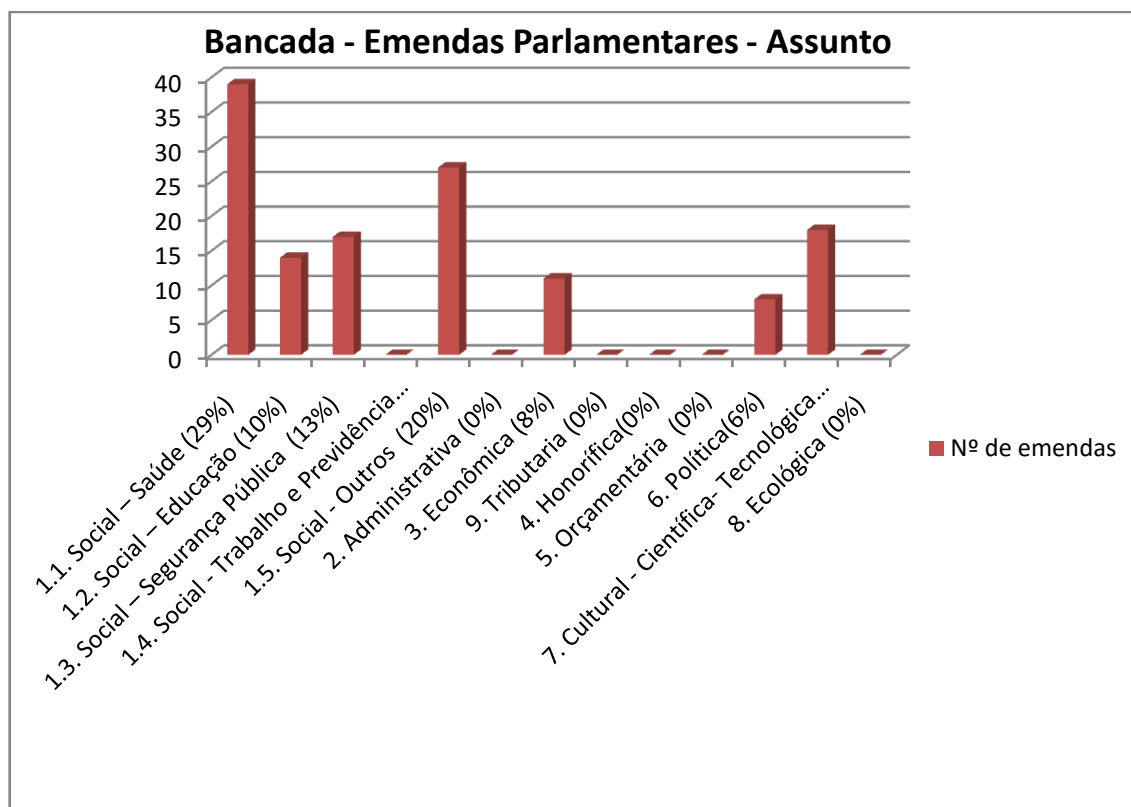


Gráfico 07

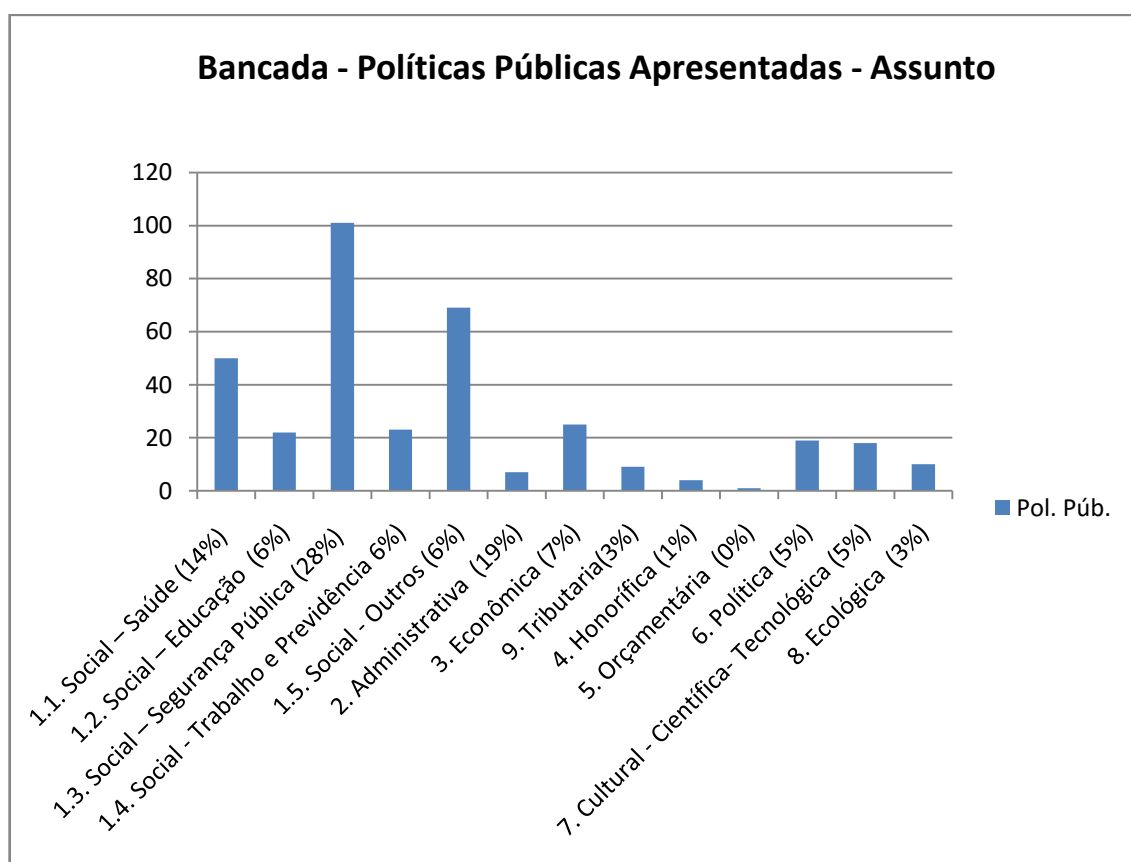


Gráfico 08

5.3. AS ESTRATÉGIAS DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA BANCADA

Esta secção é destinada, enfim, a identificar e analisar as estratégias de formulação de políticas públicas empregadas pelos Deputados Federais que compõem a bancada do DF na Câmara. As secções anteriores, que disseram respeito aos resultados da pesquisa, as análises das características dos comportamentos legislativo individual e de bancada, servem, finalmente, para fundamentar as percepções que se seguem. Antes, porém, deve-se fazer uma explanação importante acerca do comportamento da bancada sobre o aspecto mais relevante desta pesquisa: as estratégias de formulação de políticas públicas, quanto aos objetos Projeto de Lei, Emendas ao Orçamento considerados em conjunto por este trabalho como políticas públicas.

A bancada segue a estratégia distributivista para a maioria dos Projetos de Lei apresentados, ou seja, são na maior parte proposições que visam gerar bens públicos e alocá-los por meio de critérios político-partidários. Dos 224 Projetos apresentados, 85 seguem essa estratégia (38%). Olhando para o interior da bancada, cinco dos oito parlamentares fazem uso desta estratégia como dominante, são estes Augusto Carvalho, Erika Kokay, Laerte Bessa, Rogério Rosso e Ronaldo Fonseca.

Em seguida, está a estratégia universalista, ou seja, utilizada em 63 PLs distintos (28%) e empregada como dominante somente pelo Dep. Izalci e dominante-dividida pelos Augusto Carvalho e Rôney Nemer, pois a estratégia distributivista é utilizada em idêntica proporção pelo primeiro, assim como a focalizada pelo segundo.

A estratégia clientelista conta com 54 PLs (24%) e é dominante apenas para o Dep. Alberto Fraga. Ou seja, em menor proporção, com 22 Projetos Apresentados há a estratégia de focalização, que é dominante-dividida somente pelo Dep. Rôney Nemer, que como mencionado, emprega em igual proporção a estratégia Universalista.

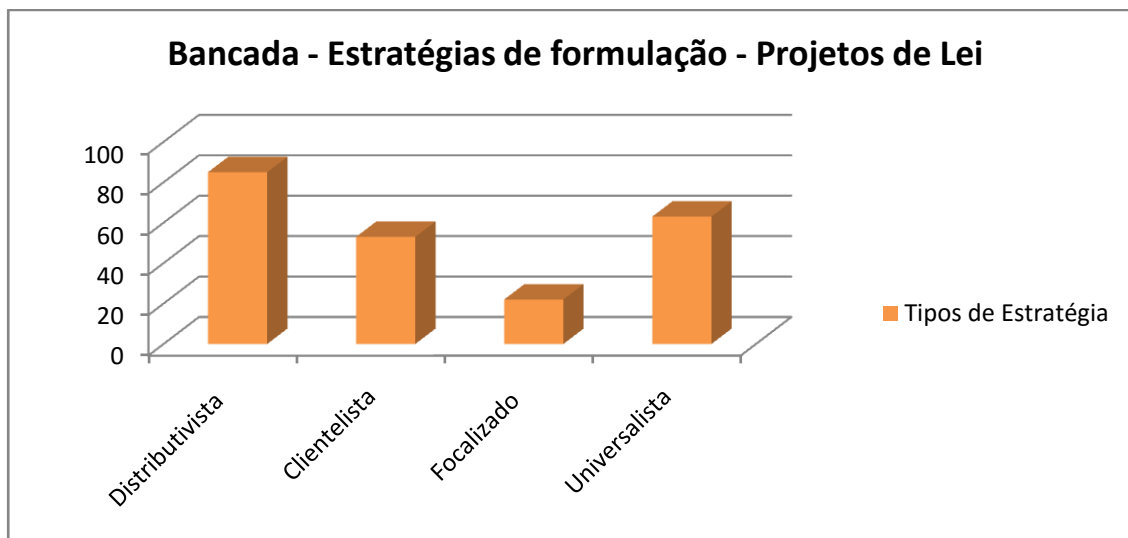


Gráfico 09

As emendas parlamentares ao orçamento, por conta de sua natureza menos permissiva que os Projetos de Lei, como já mencionado, permitem apenas dois tipos de estratégias de formulação de políticas públicas: focalização ou clientelismo. Ressalta-se que esta limitação se dá em virtude do fato de a emenda parlamentar ser por sua natureza pecuniária um bem privado, que cumpre os critérios de rivalidade e exclusividade e, em consequência disto, só permite dois tipos de estratégia a depender do critério de alocação de recursos: focalizada se o critério for universal, e clientelista se for político-partidário.

Reforçadas estas considerações, observa-se que as emendas apresentadas seguem, mormente a estratégia clientelista, compondo 110 das 135 apresentadas (81%). Complementarmente, é empregada a estratégia de focalização, totalizando 25 emendas (19%).

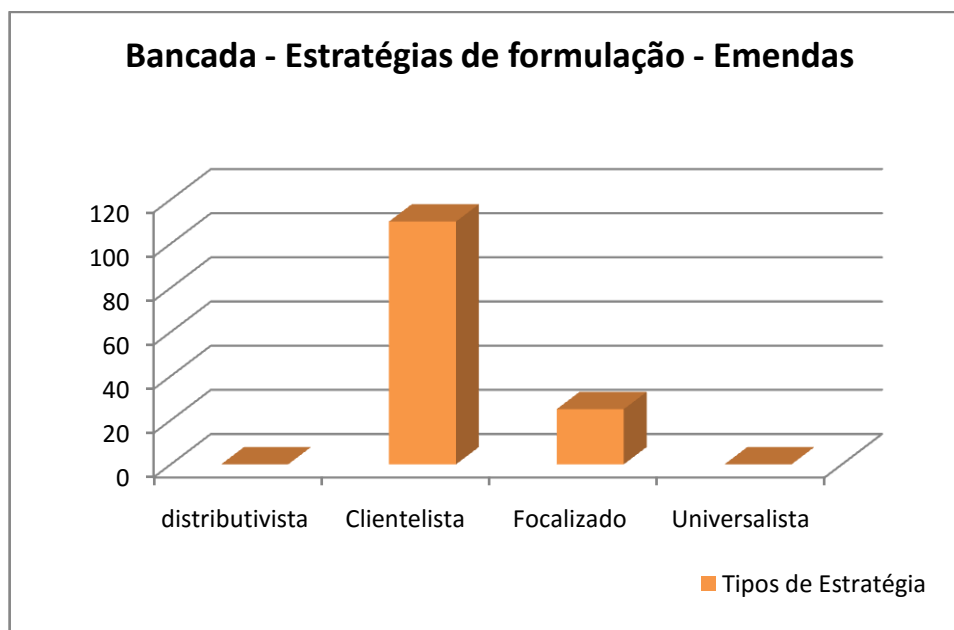


Gráfico 10

Ao se considerar os Projetos de Lei e as Emendas Parlamentares ao Orçamento, como matérias de uma mesma natureza, e por esta razão, passíveis de comparação, analisamos este agregado de proposições legislativas considerando-o como uma amostra representativa da atuação da bancada do Distrito Federal na Câmara.

Vale ressaltar que esta “mesma natureza” comum aos Projetos de Lei e Emendas Orçamentárias é a categoria de políticas públicas. Apesar de os Projetos de Lei serem, ao contrário das Emendas Parlamentares, “quadros-negros” nos quais pode-se apresentar qualquer idéia de regulamentação (desde que não fira prerrogativas constitucionais), e as emendas “adições” de recursos públicos financeiros a Fundos ou Programas já existentes, bem consolidados e pré-determinados, entende-se que estes são os instrumentos mais utilizados na ação parlamentar e a análise destes em conjunto pode sim representar o que um parlamentar ou grupo de parlamentares (neste caso a bancada do DF na Câmara) vem fazendo em termos de formulações de políticas públicas.

Desta maneira, constatou-se que a estratégia de formulação de políticas públicas clientelista foi empregada de forma predominante pela bancada do Distrito Federal na Câmara dos Deputados, uma vez que 163 das 358 políticas públicas propostas pelo grupo (46%) são deste tipo.

Os demais tipos de estratégia apresentam valores próximos: Distributivista com 85 políticas públicas (24%); Universalista com 63 políticas públicas (19%); por fim, focalização, com 47 (13%).

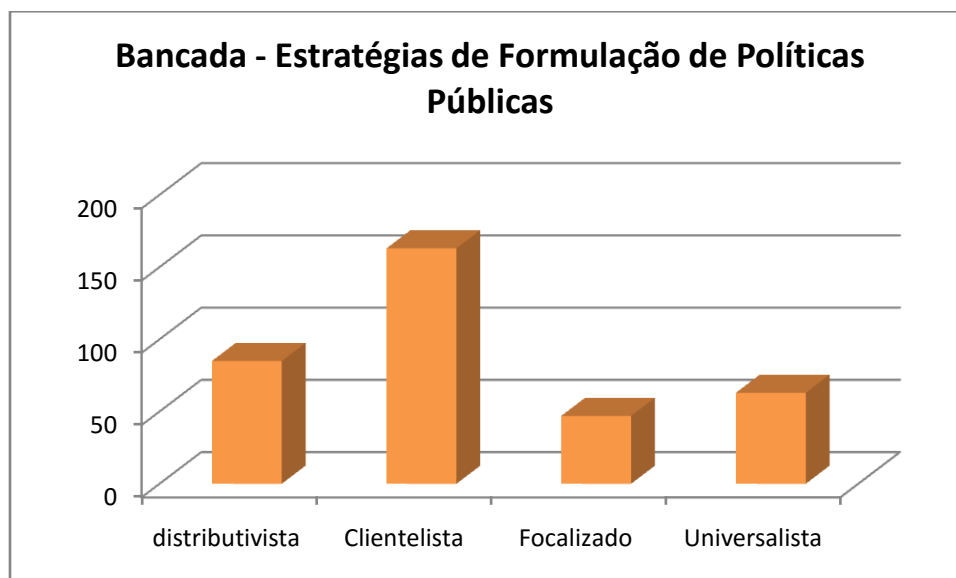


Gráfico 11

As estratégias de formulação para os dois tipos de políticas públicas: emendas parlamentares e projetos de lei são nitidamente distintas. Vale ressaltar que até em termos de disponibilidade há forte diferença, uma vez que um PL é passível de seguir quatro estratégias (Universalismo, Focalização, Distributivismo ou Clientelismo) enquanto as Emendas, apenas duas (focalização ou clientelismo).

Para os Deputados especialistas, como os Dep. Alberto Fraga e Laerte Bessa, os Projetos de Lei são importantes instrumentos de marcação de posicionamento dentro da Casa Legislativa, servindo, ao mesmo tempo, como prestação de contas aos seus eleitores, havendo uma tendência considerável de se adotar critério para alocação de recursos político partidário, e conseqüentemente, estratégias clientelistas ou distributivistas.

Para os generalistas, como os Dep. Rogério Rosso e em menor grau, Augusto Carvalho, os Projetos de Lei servem para gerar discussão acerca de temas polêmicos, de alto interesse social, e de impacto eleitoral promissor, distribuindo-se por várias áreas temáticas (ou assuntos), mas sempre procurando ocupar o cerne dos grandes debates. Os generalistas tendem a preferir o critério universalista de alocação de recursos, e em conseqüência, adotar as estratégias de formulação de políticas públicas dos tipos universalismo ou focalização.

Para avaliarmos se há coerência entre o que propõem os Deputados da bancada do DF nos Projetos de Lei e nas Emendas Parlamentares ao Orçamento, a simples comparação entre as estratégias empregadas seria insuficiente, pois, como se demonstrou, só cabem duas estratégias às Emendas enquanto aos PLs cabem quatro. Por isso, faz-se adequado comparar os critérios de alocação de recursos entre as duas espécies de políticas públicas, e indagar a seguinte pergunta: os Deputados que obedeceram a um critério de alocação de recursos predominante quanto à proposição de PLs, mantiveram essas predominâncias ao propor Emendas Parlamentares?

A resposta a esta pergunta é sim. Dos oito Deputados da Bancada, seis mantiveram suas escolhas quanto ao critério de alocação predominante ao propor as duas espécies de políticas públicas.

Os Deputados Alberto Fraga, Erika Kokay, Laerte Bessa, Rogério Rosso, Ronaldo Fonseca, empregaram a estratégia de critério alocação político-partidário tanto na proposição de emendas parlamentares quanto de projetos de lei.

O Deputado Izalci empregou a estratégia de critério alocação universalista tanto na proposição de emendas parlamentares quanto de projetos de lei.

Os Deputados Rôney Nemer Augusto Carvalho apresentaram estratégia de critério alocação universalista na proposição de projetos de lei, porém mudaram de estratégia na hora de formular as emendas parlamentares, adotando critério político-partidário.

Neste ponto, é interessante notar que todos os Deputados que participaram da entrevista que compõe esta pesquisa, declararam indiretamente preferir a estratégia de formulação de políticas públicas do tipo Universalista. Na entrevista, foram declarados os quatro conceitos que correspondem a cada estratégia e foi pedido ao Deputados que escolhessem a que lhes era preferível, porém, sem declarar o termo a que corresponde o conceito, para evitar vieses, (por isso considera-se uma escolha indireta).

Dos quatro Deputados que participaram da fase de entrevistas, apenas o Deputado Izalci apresentou coerência ao declarar preferência pela estratégia universalista, ao mesmo tempo em que apresentou esta estratégia como dominante na proposição de Projetos de Lei e como critério de alocação de recursos para as Emendas Parlamentares.

Os Deputados Laerte Bessa e Ronaldo Fonseca não adotaram esta estratégia na formulação de Projetos de Lei ou Emendas Parlamentares, adotando respectivamente as estratégias distributivista e clientelista, sempre utilizando critério de alocação político-partidário como dominante.

O Deputado Rôney Nemer apresentou coerência ao declarar preferência pela estratégia universalista, ao mesmo tempo em que apresentou esta estratégia como dominante na proposição de Projetos de Lei, mas não quando propôs as Emendas Parlamentares, pois utilizou o critério de alocação político partidário como dominante.

6. CONCLUSÃO

Enfim, deve-se responder, agora munido de informações consideradas relevantes, à pergunta de pesquisa que provocou a elaboração deste trabalho: É possível discernir na bancada do Distrito Federal da Câmara dos Deputados diferentes estratégias de comportamento legislativo quanto à formulação de políticas públicas?

Objetivamente, a resposta é sim. É possível discernir entre os Deputados que compõem a bancada do DF o uso dominante de *três das quatro estratégias de formulação de políticas públicas* definidas pela tipologia de políticas públicas.

O gráfico que se segue é a síntese com maior poder demonstrativo de como os Deputados da bancada do DF fazem uso das estratégias de formulação de políticas públicas, uma vez que este desenho mostra em porcentagem, ou seja, as proporções de emprego destas estratégias.

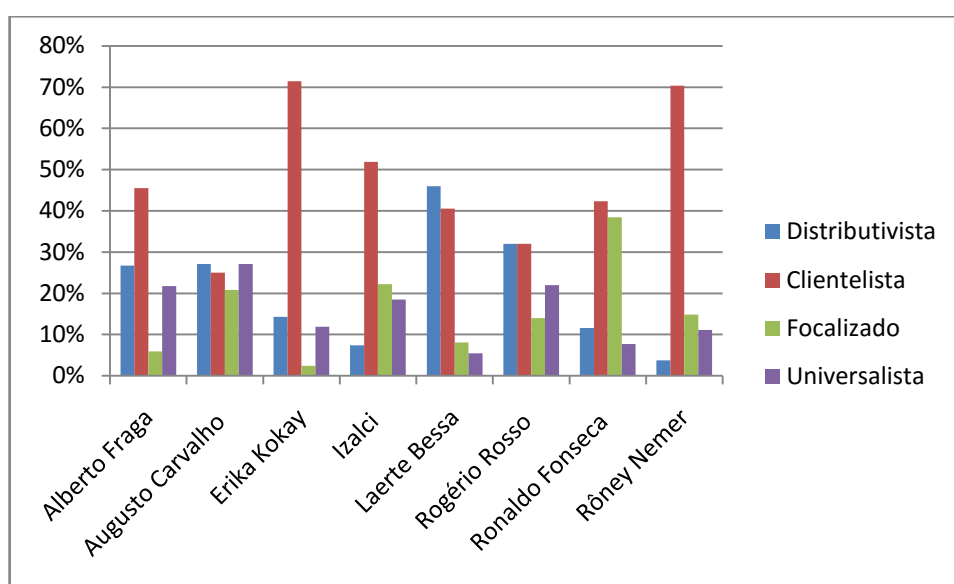


Gráfico 12

Neste quadro, fica evidente que ao apresentar as políticas públicas, os Deputados da bancada do DF possuem estratégias de formulação distintas. É favorita, como bem vimos, a estratégia clientelista (dominante para seis dos oito Deputados), porém há quem adote a estratégia distributivista como dominante (dois entre oito) e a universalista (um entre oito).

Todavia, relacionar grupos de parlamentares com padrões de estratégia de formulação de políticas públicas similares a algum fator explicativo não foi possível limitando-se às

variáveis analisadas. Nenhum dos critérios da tipologia de proposições legislativas (assuntos, efeitos ou níveis de agregação), demonstraram capacidade explicativa relevante.

Também não foi possível relacionar a adoção de estratégias de formulação com os tipos de atuação generalista x especialista, uma vez que parlamentares especialistas apresentaram estratégias bem distintas entre si, como é o caso dos Dep. Alberto Fraga e Laerte Bessa.

Neste caso específico, observa-se um fenômeno que pode vir a compor uma variável com alguma capacidade explicativa no que se refere às estratégias de políticas públicas. Os dois parlamentares citados servem como exemplo válido, pois possuem perfis bastante parecidos (Policiais com atuação especialista em Segurança Pública eleitos pelo DF), porém, a atuação parlamentar dos dois se mostra bastante distinta quanto às estratégias de formulação de políticas públicas e, acredita-se que o motivo para isto seja *a forma qual os parlamentares enxergam seus papéis individuais quanto à formulação de políticas públicas*.

O Deputado Laerte Bessa, que participou da entrevista pertinente a esta pesquisa, à pergunta “qual o papel de Vossa Excelência na formulação de Políticas Públicas”, respondeu:

“Elaborar projetos de interesse público e participação em audiências públicas” (Deputado Laerte Bessa, entrevista).

Nota-se que esta resposta, mesmo que em um primeiro olhar pareça pouco específica, denota um sentimento de cumprimento de dever de nível nacional para com o povo, algo maior do que solucionar situações particularistas (interesse privado), além de participar do debate com a população quanto a estas questões (participação em audiências públicas). Com isso em consideração, transcreve-se a ementa de um Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Laerte Bessa, que no quesito aqui considerado (como esta política pública vai ajudar o Deputado a cumprir a função que acredita lhe caber) se assemelha à grande maioria de suas proposições:

“Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para dispor sobre a tipificação criminal dos delitos de invasão ou ocupação de repartição pública” (EMENTA DO PROJETO DE LEI Nº 1600/2015, DE AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL LAERTE BESSA(PR/DF))

Repara-se que este Projeto visa cumprir o que na visão do Deputado é uma situação de interesse público, e por este motivo, a maior parte dos seus Projetos de Lei apresentados devem revisar ou criar normas jurídicas nacionais de grande impacto.

Essa é a função que o Deputado acredita que lhe cabe, por isso tentará ser coerente, e a melhor forma de fazê-lo é adotando estratégias distributivistas, pois cumprirá seu dever de atender ao interesse público ao produzir bens públicos, enquanto escolhe esta matéria segundo critérios político-partidários, pois, afinal de contas, é um Deputado especialista.

O Deputado Alberto Fraga optou por não participar da presente pesquisa, por isso, não há declaração sua sobre o seu entendimento acerca de qual papel lhe cabe quanto à formulação de políticas públicas.*

Os Projetos de Lei e demais políticas públicas apresentadas por este Deputado mostram um entendimento diferente no que se refere ao seu papel individual enquanto formulador de políticas públicas. As políticas públicas apresentadas levam a crer (adotando neste momento o sentido inverso da explicação pretendida) que o entendimento sobre o papel quanto às políticas públicas de Fraga é propor Projetos que elevem e protejam a categoria policial no Brasil e com atenção especial ao DF. Abaixo transcreve-se ementa de PL apresentado pelo Deputado.

“Altera o art. 30 da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, regulamentando o valor mínimo remuneratório do soldado da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal”. (EMENTA DO PROJETO DE LEI Nº3010/2015, DE AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL ALBERTO FRAGA (DEM/DF).

Por esta razão, a estratégia mais adequada para cumprir estes fins é a clientelista, pois serão distribuídos bens privados à categoria que se visa elevar ou proteger, ou seja, critério de alocação de recursos político-partidário.

* Seria, no mínimo imprudente tomar como absolutamente verdadeiro o entendimento acerca de qual papel cabe ao parlamentar quanto à formulação de políticas públicas apenas por sua declaração, pois, este tendo consciência de que sua concepção mais honesta e que guia seu comportamento pode ter inclinação pejorativa, possivelmente declarará ter entendimento diferente do verdadeiro. Medir este entendimento se mostra como o grande desafio, mas, caso superado, poderá gerar informações bastante relevantes no que se refere à explicação do comportamento legislativo.

Com isto, verifica-se, analisando apenas estes dois Deputados de estilo especialista de comportamento legislativo, possíveis tipos de entendimento quanto ao papel individual do parlamentar na formulação de políticas públicas: propor soluções para os grandes problemas públicos e elevar e proteger determinada categoria ou grupo.

Todavia, esta hipótese de que o real entendimento do Deputado acerca do seu papel quanto à formulação de políticas públicas possa ser uma variável relacionável às estratégias de formulação de políticas públicas não é o foco deste trabalho, apenas uma observação, que se considerou relevante a ponto de ser tratada como hipótese.

Desta maneira, conclui-se com a presente pesquisa que a tipologia de proposições legislativas (inicialmente proposta por Taylor-Robinson e Diaz) em conjunto com a tipologia de políticas públicas (proposta por André Borges) demonstram ser ferramentas promissoras quanto à análise de conjuntos de políticas públicas no âmbito do Poder Legislativo.

Também conclui-se, respondendo à pergunta de pesquisa, que há diferentes estratégias de formulação de políticas públicas na Bancada do DF, e por consequência, na Câmara dos Deputados.

Todavia, ajustes a fim de adaptar os modelos à realidade do Legislativo devem ser melhor elaborados e mais nuançados em pesquisas futuras, pois a limitação dos modelos foi considerada em algumas situações sendo a mais marcante a definição de critérios político-partidário ou universalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, L. Costa (2011). Políticas sociais: focalizadas ou universalistas. É esta a questão? Revista Espaço Acadêmico, nº 123, pp.145-151, Agosto/2011

AMES, Barry. A estratégia eleitoral na representação proporcional com lista aberta. Cad. Metrop., São Paulo, v. 14, n. 27, pp. 59-87, jan/jun , 2012.

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. Dados, Rio de Janeiro , v. 46, n. 4, p. 661-698, 2003 .

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 10ª Ed. Ver. Atual. São Paulo: Malheiros, 1999. P. 138

BORGES, André. Federalismo, dinâmica eleitoral e políticas públicas no Brasil: uma tipologia e algumas hipóteses. Sociologias, Porto Alegre , v. 12, n. 24, p. 120-157, Aug. 2010 .

BOWLER, S. (2000), "Parties in Legislatures: Two Competing Explanations", in R. Dalton e M. Wattenberg (eds.), *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford, Oxford University Press, pp. 157-179. BOWLER, S. (2000), "Parties in Legislatures: Two Competing Explanations", in R. Dalton e M. Wattenberg (eds.), *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford, Oxford University Press, pp. 157-179.

BRASIL. Portal Câmara dos Deputados. Conheça o Papel da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca> Acesso em: 20/05/2016.

BRASIL. Portal Câmara dos Deputados. Conheça o Papel do Poder Legislativo. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/o-papel-do-poder-legislativo> Acesso em: 20/05/2016.

BRASIL. Portal Câmara dos Deputados. Conheça o Processo Legislativo. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/processolegislativo> Acesso em: 02/08/2015.

CLIFF, A.; HAGGETT, P.; ORD, J. K.; BASSETT, K. A. e DAVIES, R. (1975). Elements of spatial structure: a quantitative approach. Cambridge, Cambridge University Press.

DIAS, D. S. Como escrever uma monografia / Donaldo de Souza Dias e Mônica Ferreira da Silva. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPEAD, 2009.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na Sociologia. 5a edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

KERSTENETZKY Celia Lessa. Políticas Sociais: focalização ou universalização? Revista de Economia Política, vol. 26, nº 4 (104), pp. 564-574, outubro-dezembro/2006

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. 3a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LIMA JUNIOR, O. B. (1991). Sistema eleitoral brasileiro: teoria e prática. Rio de Janeiro, Iuperj.

LOWI, T. (1964). American Business, Public Policy, Case-Studies, and Political Science. World Politics, July.

LOWI, Theodor. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. Public Administration Review, 32: 298-310. 1972.

LOWI, Theodore. American business, public policy, case studies and political theory. World Politics, 16 jul. 1964.

MAYHEW, D. (1974), *Congress: The Electoral Connection*. New Haven, Yale University Press.

MELLO, Carolina Junqueira Homem, Focalização De Políticas Públicas: Teoria E Prática. 22/09/2004. 122 folhas. Dissertação de mestrado - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

MONTESQUIEU. O Espírito das Leis. 2ª Ed. rev. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. Dados, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 735-771, 2003.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. Dados, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 735-771, 2003.

PETERS, B. G. American Public Policy. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986

SÁ, C. A. *Lei de Acesso a Recursos Genéticos: A Atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária em sua Elaboração*. 2015. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Gestão de Políticas Públicas) – Departamento de Gestão de Políticas Públicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SANTOS, Manoel. Teoria e Método nos Estudos Sobre o Legislativo Brasileiro: uma revisão da literatura no período 1994/2005. BIB, São Paulo, nº 66, Segundo Semestre de 2008, pp. 65-89, 2008.

SOUZA, Celina. “Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa”, Caderno CRH 39: 11-24. 2003.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, Dec. 2006.

TAYLOR-ROBINSON, Michelle M. e DIAZ, Christopher. (1999), “Who Gets Legislation Passed in a Marginal Legislature and Is the Label *Marginal Legislature* Still Appropriate? A Study of the Honduran Congress”. *Comparative Political Studies*, no 32, pp. 589-625.

TEIXEIRA, Elenaldo C. *O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade*. Salvador. Bahia, 2002.

TORRENS, A. C. (2013) Poder Legislativo e políticas públicas: Uma abordagem preliminar. *Revista de Informação Legislativa* n. 197, pp. 189–204.

VAN DE WALLE, D. “Public spending and the poor: What we know, what we need to know”. Policy Research Department, World Bank, Washington DC, USA, s/d, 1995, 48p.

WILSON, James Q. *Political Organizations*. New York: Basic Books. 1973

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA – DEPUTADOS FEDERAIS DO DISTRITO FEDERAL – PERFIL DO DEPUTADO, PERFIL DO ELEITOR E VISÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

PRIMEIRA PARTE - PERFIL DO DEPUTADO

Perguntas subjetivas

- 1) Como foi sua vida pregressa à política? Quais atividades desempenhava?
- 2) Como e quando entrou na política?
- 3) Quais eram suas primeiras intenções/prioridades ao entrar na política?
- 4) Qual sua primeira grande lição na política?
- 5) Qual foi sua trajetória na política?
- 6) Viveu e exerceu profissão em alguma RA do DF por longo período ? Qual/quais?

Perguntas objetivas

- 7) Como vossa excelência se posiciona espacialmente quanto às preferências individuais?

ESQUERDA

DIREITA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- 8) Como vossa excelência se posiciona quanto à escolaridade?

ESCOLARIDADE	ALTERNATIVA
Superior	
Superior Incompleto	
Médio	
Médio Incompleto	
Fundamental	
Sem escolaridade	

- 9) Quais os grupos/ categorias profissionais que Vossa Excelência mais dá suporte em sua atuação parlamentar?

Agropecuária	
Ambientalistas	
Bancários	
Católicos	
Empresários	
Evangélicos	
Forças Armadas/ Militares	
Funcionários Públicos burocratas	
Intelectuais/ Classe artística	
Jornalistas	
Médicos/ profissionais da saúde	
Movimentos sociais	
Policiais	
Professores	
Sindicalistas	
Outros:	

SEGUNDA PARTE - BASE ELEITORAL

Perguntas subjetivas

- 1) Como vossa excelência caracteriza os traços mais marcantes da eleição que lhe conferiu o atual mandato?
- 2) Como vossa excelência caracteriza seus eleitores?
- 3) Após eleito, em quais ocasiões vossa excelência costuma fazer contato com os eleitores?
- 4) Como vossa excelência entende que se deu a distribuição de votos no DF nas eleições de 2014?

Perguntas Objetivas

- 1) Quais as cidades ou Regiões Administrativas V.Sra. considera mais decisivas para sua eleição?

RA I Plano Piloto		RA XVII Riacho Fundo	
RA II Gama		RA XVIII Lago Norte	

RA III Taguatinga		RA XIX Candangolândia	
RA IV Brazlândia		RA XX Águas Claras	
RA V Sobradinho		RA XXI Riacho Fundo II	
RA VI Planaltina		RA XXII Sudoeste/Octogonal	
RA VII Paranoá		RA XXIII Varjão	
RA VIII Núcleo Bandeirante		RA XXIV Park Way	
RA IX Ceilândia		RA XXV SCIA	
RA X Guará		RA XXVI Sobradinho II	
RA XI Cruzeiro		RA XXVII Jardim Botânico	
RA XII Samambaia		RA XXVIII Itapoã	
RA XIII Santa Maria		RA XXIX SIA	
RA XIV São Sebastião		RA XXX Vicente Pires	
RA XV Recanto das Emas		RA XXXI Fercal	
RA XVI Lago Sul			

2) Quais os grupos/ categorias profissionais que mais deram apoio à eleição de Vossa Excelência?

Agropecuária	
Ambientalistas	
Bancários	
Católicos	
Empresários	
Evangélicos	
Forças Armadas/ Militares	
Funcionários Públicos burocratas	
Intelectuais/ Classe artística	

Jornalistas	
Médicos/ profissionais da saúde	
Movimentos sociais	
Policiais	
Professores	
Sindicalistas	
Outros:	

TERCEIRA PARTE – A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PERGUNTAS SUBJETIVAS

- 1) Qual o papel de Vossa Excelência na formulação de políticas públicas?
- 2) Como Vossa Excelência entende a função do Congresso Nacional na Formulação de Políticas Públicas?

PERGUNTAS OBJETIVAS

- 1) Enumere, por favor, a ordem de prioridade com que vê as diversas áreas de políticas públicas no DF:

Educação	
Saúde	
Segurança Pública	
Transporte	
Habitação	
Meio Ambiente	
Defesa	
Saneamento	
Outros	

- 2) Qual tipo de política pública Vossa Excelência acha melhor ou prefere?

a) Concessão de benefícios individualizados/ provisão de bens de consumo

b) Políticas que concentram benefícios em uma região geográfica específica, mas dispersam os custos pela população através de impostos gerais.

c) Políticas que redirecionem recursos públicos para os mais pobres por meio de instrumentos que os selecionem como beneficiários diretos.

d) Políticas que direcionariam os recursos públicos a todos os cidadãos.